

RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Exmos. Senhores

Membros do Órgão Deliberativo do Município de Alandroal

(Handwritten signature)

Elaborámos o Relatório e Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Órgão Executivo do **Município de Alandroal**, respeitantes ao exercício de 2019.

No âmbito das nossas funções acompanhámos, a gestão e atividade do Órgão Executivo Municipal, através de reuniões, da análise de diversa documentação e procedemos à revisão da contabilidade e documentação de suporte, por amostragem, tendo-se recebido as informações e esclarecimentos que solicitámos. Na qualidade de Revisor Oficial de Contas elaborámos: - o Relatório Anual sobre o Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras, aprovados pela Câmara Municipal e a Certificação Legal das Contas, cujos conteúdos se dão aqui por integralmente reproduzidos.

Assim, exceto quanto ao mencionado na Certificação Legal das Contas, somos de opinião que as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019 e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que depois de aprovados pelo Órgão Executivo, poderão ser apreciados pela Assembleia Municipal.

Importa referir que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito contribuiu a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como os Colaboradores dos Serviços do Município, merecendo destaque a Equipa da Área Administrativa e Financeira. Todavia com a implementação obrigatória a 1 de janeiro de 2020, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), a exigência e trabalhos a desenvolver são de elevada complexidade e extensão, que importa dotar o Município de todas as ferramentas e recursos para a correta aplicação da estrutura conceptual e das respetivas normas contabilísticas públicas.

Resta-nos igualmente agradecemos ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, bem como aos restantes Membros da Assembleia, a confiança em nós depositada, manifestando a nossa disponibilidade para qualquer esclarecimento adicional que seja entendido por conveniente.

Alandroal, 19 de junho de 2020





**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Município de Alandroal** que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018, (que evidencia um total de **34.228.088,77€** e um total de fundos próprios de **7.732.869,21€**, incluindo um resultado líquido negativo de **434.406,20€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **10.403.637,21€** de despesa paga e um total de **12.063.053,61€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do **Município de Alandroal**, em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais.

Bases para a opinião com reservas

1. Decorrente da não implementação da contabilidade de custos, o Município não apresenta trabalhos para a própria entidade. Na nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados, é reconhecido que os trabalhos por administração direta não foram valorizados. Neste sentido o ativo e os proveitos e consequentemente os resultados e os fundos patrimoniais, encontram-se subavaliados de montante que não é possível quantificar.
2. Em 31/12/2019, as imobilizações em curso, mantêm-se sobreavaliadas, apresentando um valor de 6 milhões de euros, apesar do encerramento de obras no valor de 5,9 milhões de euros. Este trabalho não se encontra concluído, pelo que as amortizações acumuladas e do exercício estão subavaliadas e os fundos patrimoniais e resultados sobreavaliados, de montante que não é possível quantificar.
3. Em consequência do referido em 2. acima, também a reposição dos subsídios ao investimento, não está ajustada, pelo que o passivo se encontra sobreavalido e os fundos patrimoniais e os resultados estão subavaliados de montante que não é possível quantificar.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- O Município não cumpre no exercício a regra de equilíbrio orçamental, atento o disposto no artº.40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Todavia, com recurso à cláusula extensiva de 5%, este indicador é atingido. No ano de 2020, importa ter em atenção os requisitos exigidos para cumprimento deste requisito.

- O Município apresenta excesso de endividamento. No entanto, a variação no excesso da dívida foi de menos 18,15%. Apresenta fundos disponíveis positivos ao longo do exercício.

- O Município não apresenta pagamentos em atraso. O prazo médio de pagamento é de 31 dias. Em 31/12/2018, o prazo médio de pagamento situou-se nos 16 dias.

- A execução da receita atingiu o limite considerado padrão (85%), registando uma execução de 88,64%.

- Os recebimentos em atraso de impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), ascendem a um total de 168.222,35 €, considerados ativos contingentes, ao que acrescem os declarados pelo Município respeitantes a outras dívidas, no valor de 204.962,12 €.

- No balanço, as dívidas a terceiros, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

- No âmbito dos documentos de prestação de contas, importa levar em conta para o futuro, a melhoria contínua, até porque com a entrada em vigor do SNC-AP as divulgações exigidas são de maior qualidade e relevo.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e adequada a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental da Entidade de acordo com a norma contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno adequado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação adequada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E
REGULAMENTARES**

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Alandroal, 19 de junho de 2020

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,
representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho
(ROC n.º 658 – CMVM n.º 20160302)





ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

b

**RELATÓRIO DE REVISÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DO

MUNICÍPIO DE ALANDROAL

2019

Junho 2020



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.1 <u>Nota INTRODUTÓRIA</u>	3
1.2 <u>COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNACÃO</u>	3
1.3 <u>RESPONSABILIDADES</u>	4
1.4 <u>CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</u>	5
2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA.....	6
2.1 <u>AVALIAÇÃO DO RISCO</u>	6
2.1.1 <u>RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE</u>	6
2.1.2 <u>RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO</u>	6
2.1.3 <u>NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA</u>	6
2.2 <u>MATERIALIDADE</u>	7
2.2.1 <u>DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE</u>	7
2.2.2 <u>CÁLCULO DA MATERIALIDADE</u>	7
2.3 <u>METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA</u>	7
3. INDEPENDÊNCIA.....	7
4. CONCLUSÕES.....	8
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS.....	9
6.1 <u>Execução orçamental</u>	11
6.1.1 <u>Orcamento</u>	11
a) <u>Orcamento inicial</u>	11
b) <u>Modificações do Orçamento</u>	11
c) <u>Receitas</u>	11
d) <u>Despesas</u>	12
e) <u>Fundos disponíveis</u>	13
f) <u>Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros</u>	14
g) <u>Equilíbrio Orçamental</u>	14
6.1.2 <u>Execução do plano plurianual de investimentos</u>	16
6.1.3 <u>Execução das Ações mais relevantes</u>	17
6.2 <u>Análise patrimonial</u>	18
6.2.1 <u>Balanco</u>	18
a) <u>Ativo</u>	18
b) <u>Fundos próprios</u>	19
c) <u>Passivo</u>	19
d) <u>Endividamento</u>	20
6.2.2 <u>Demonstração dos resultados</u>	21



ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.

3
3
3
3

<u>6.3 Análise das principais contas</u>	22
<u> 6.3.1 Imobilizado</u>	22
a) <u>Bens de domínio público</u>	22
b) <u>Imobilizado incorpóreo</u>	23
c) <u>Imobilizado corpóreo</u>	23
d) <u>Investimentos financeiros</u>	23
e) <u>Imobilizações em curso</u>	25
f) <u>Amortizações acumuladas</u>	26
<u> 6.3.2 Existências</u>	26
<u> 6.3.3 Dívidas a receber</u>	27
<u> 6.3.4 Disponibilidades</u>	30
<u> 6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos</u>	30
<u> 6.3.6 Fundo patrimonial</u>	31
<u> 6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos</u>	31
<u> 6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos</u>	33
<u> 6.3.9 Provisões e Contingências</u>	36
<u> 6.3.10 Custos e perdas</u>	37
<u> 6.3.11 Proveitos e ganhos</u>	41
7. SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA	43
<u>7.1) Indicadores de Gestão</u>	43
<u>7.2) Endividamento/Dívida Total</u>	43
<u>7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso</u>	44
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS	45
9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS	45
10. AGRADECIMENTOS	47

1. INTRODUÇÃO

1.1 Nota INTRODUTÓRIA

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos à auditoria às contas do **Município de Alandroal**, relativas ao período económico de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, de acordo com as normas internacionais de auditoria de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitiremos a respetiva Certificação Legal das Contas, com data de 19 de junho de 2020.

O nosso exame às demonstrações financeiras do Município, constitui um exame completo. A finalidade deste relatório é relevar os principais pontos-chave, conclusões e recomendações decorrentes da nossa auditoria às contas da entidade.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável aos Municípios, nomeadamente:

- ✓ Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3 de setembro);
- ✓ Lei que estabelece o regime jurídico das autarquias locais (Lei nº 75/2013, de 12 de setembro);
- ✓ Legislação inerente à legislação dos contratos públicos (Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro);
- ✓ Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais (POCAL);
- ✓ Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei nº 127/2012, de 21 de junho); e
- ✓ Lei que Estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (Lei nº 83/2017, de 18 de agosto).

1.2 COMUNICAÇÃO COM OS ENCARREGADOS DA GOVERNAÇÃO

O nosso entendimento é que o órgão de gestão está consciente das matérias contidas neste relatório.

Com o objetivo de cumprimento da norma internacional de auditoria ISA (*International Standards on Auditing*) 260 — Comunicação das matérias de auditoria com os encarregados da "Governance", é-nos recomendado relatar à administração os "findings" do nosso exame, em particular, os relacionados com:

- ✓ Aspetos qualitativos das práticas contabilísticas da entidade e do seu relato financeiro;
- ✓ O esboço final da declaração do órgão de gestão;

- ✓ Erros e omissões não ajustadas;
- ✓ Matérias especificamente exigidas por outras normas de auditoria, a serem comunicadas aos encarregados da governação (tais como a fraude e o erro);
- ✓ Modificações previstas ao relatório do revisor oficial de contas;
- ✓ Fraquezas materiais no sistema contabilístico e nos sistemas de controle internos; e
- ✓ Outras matérias relevantes e materiais que se relacionem com a nossa revisão das contas.

Aproveitamos também a oportunidade para comentar o desempenho orçamental do Município e para confirmar a nossa integridade, objetividade e independência profissionais.

Consideramos que uma comunicação eficaz com os responsáveis-chave da entidade para efeitos do nosso trabalho de auditoria, é um ponto-chave para o seu sucesso, pelo que agradecemos todo o empenho, colaboração e as prontas e eficazes respostas às questões realizadas no decurso dos nossos trabalhos.

1.3 RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação as demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL;
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar os documentos de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Município para dar continuidade às suas atividades. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL; e
- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

O Concelho de Aaldoal, com 542,68 km² de área e 5.164 habitantes. Conforme Mapa nº 1/2020, publicado do D.R. II Série, nº 43 de 2, de março, detém e 4601 eleitores (4590 nacionais e 11 da U.E.). Está subdividido em 4 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Vila Viçosa, a nordeste pelo município de Elvas, a leste por Olivença e Espanha, a sul por Mourão e por Reguengos de Monsaraz e a oeste por Redondo.

O Município de Aaldoal não possui Serviços Municipalizados nem Empresas Municipais.

A estrutura e organização dos serviços do Município de Aaldoal, foi aprovada nos termos do Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro. Encontra-se publicada no Diário da República II Série, nº 110, de 8 de junho de 2016 e nº 112 e 113 de 14 e 15 de junho de 2016 respetivamente. Atualizou a sua Norma de Controlo Interno com aprovação a 21 de dezembro de 2016.

A contabilidade do Município de Aaldoal está organizada segundo o POCAL, utilizando-se software adquirido à sociedade Medidata.Net, Software para as Autarquias Locais, S.A.

Este software corre numa lógica cliente servidor, desenvolvido por uma linguagem propriedade da Medidata, designada por SAGA. É composto por diversas aplicações, das quais destacamos: - Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos; - Pessoal; - Armazém; - Património, que estão interligadas.

Remete-se para o ponto da caracterização da entidade, apresentado nos Documentos de Prestação de Contas.

2. PONTOS CHAVE NA AUDITORIA

2.1 AVALIAÇÃO DO RISCO

2.1.1 RISCO RELACIONADO COM A ATIVIDADE

Na avaliação do risco para compreender a entidade e o seu ambiente tomámos em consideração os seguintes aspetos:

- ✓ Fatores setoriais de regulação e outros fatores externos relevantes;
- ✓ Natureza das operações;
- ✓ Propriedade e estrutura de governação;
- ✓ Tipos de investimentos efetuados e a efetuar;
- ✓ Modo como a entidade está estruturada e é financiada;
- ✓ Políticas contabilísticas aplicadas pela entidade, incluindo as razões para alterações às mesmas;
- ✓ Objetivos e estratégia da entidade e os respetivos riscos de negócio que podem resultar em riscos de distorção material;
- ✓ Mensuração e revisão do desempenho orçamental e financeiro da entidade.

2.1.2 RISCO RELACIONADO COM BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO

Tomámos em consideração o definido na ISA (*International Standards on Auditing*) 240 - As Responsabilidades do Auditor Relativas a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras, sustentada em dois pilares fundamentais a saber: - Manipulação das demonstrações financeiras; e - Apropriação indevida de ativos.

Na avaliação do risco, realizamos (i) as indagações consideradas apropriadas à gestão e a outras pessoas da entidade que, em nosso entender, podiam ter informação que ajudasse a identificar os riscos de distorção material devido a fraude ou erro; (ii) procedimentos analíticos e (iii) observações e inspeções.

Para efeitos da prevenção e investigação de fraude, branqueamento de capitais, realizámos indagações aos responsáveis da governação sobre a existência de um sistema de controlo interno adequado e se os colaboradores se encontram devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria.

Até à presente data não foram identificadas situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

2.1.3 NÍVEIS DE RISCO POR ÁREA

Encontrando-nos perante uma auditoria recorrente, foi-nos possível obter um nível de confiança razoável, através da análise ao sistema de controlo interno e a nível de risco definido para cada uma das áreas. Assim, face ao exposto e tendo em atenção a materialidade definida, consideramos para o trabalho de auditoria no Município, para o ano de 2019, um **Risco Global Alto**.

2.2 MATERIALIDADE

2.2.1 DEFINIÇÃO GLOBAL DA MATERIALIDADE

Para a definição dos critérios para a determinação da materialidade associada a este trabalho, tomámos em conta as melhores observações que efetuámos e que justificadamente entendemos como as mais adequadas face ao tipo de Entidade em análise.



2.2.2 CÁLCULO DA MATERIALIDADE

De acordo com o exposto, o valor da materialidade inicial para o Município foi calculado com base nas demonstrações financeiras de 2018, não tendo existido necessidade de efetuar uma revisão à materialidade final, face às demonstrações financeiras finais de 2019.

Foram considerados como não reportáveis os ajustamentos que não excedam 2% da materialidade global.

2.3 METODOLOGIA E PONTOS – CHAVE UTILIZADOS NA AUDITORIA

O nosso trabalho incluiu, entre outros os seguintes aspetos:

- (1) Foram realizadas reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo-se solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) A execução obedeceu às Normas Internacionais de Auditoria (ISA's) emanadas pela *International Federation of Accountants* (IFAC), complementadas pelas normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

3. INDEPENDÊNCIA

Confirmamos que cumprimos com as normas éticas da OROC e da IFAC e que estabelecemos políticas e procedimentos internos destinados a assegurar a nossa objetividade e independência no trabalho de auditoria/revisão.

A avaliação das ameaças e a adoção de salvaguardas relativamente aos requisitos de objetividade e independência fazem parte dos nossos processos normais de auditoria/revisão. Nestas circunstâncias, informamos que no âmbito deste trabalho não foram identificadas situações ou relacionamentos suscetíveis de constituir uma ameaça à nossa independência.

4. CONCLUSÕES

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Alandroal**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019, (que evidencia um total de **34.228.088,77€** e um total de fundos próprios de **7.732.869,21€**, incluindo um resultado líquido negativo de **434.406,20€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **10.403.637,21€** de despesa paga e um total de **12.063.053,61€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em consequência do trabalho efetuado, concluímos que, com exceção dos factos referidos em seguida, em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes a posição financeira do **Município de Alandroal**, em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais, ainda neste exercício.

1. O Município não apresenta trabalhos para a própria entidade. Na nota 8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados, é reconhecido que os trabalhos por administração direta não foram valorizados. Neste sentido o ativo e os proveitos e consequentemente os resultados e os fundos patrimoniais, encontram-se subavaliados de montante que não é possível quantificar.
2. Em 31/12/2019, as imobilizações em curso, mantêm-se sobreavaliadas, apresentando um valor de 6 milhões de euros, apesar do encerramento de obras no valor de 5,9 milhões de euros. Este trabalho não se encontra concluído, pelo que as amortizações acumuladas e do exercício estão subavaliadas e os fundos patrimoniais e resultados sobreavaliados, de montante que não é possível quantificar.
3. Em consequência do referido em 2. acima, também a reposição dos subsídios ao investimento, não está ajustada, pelo que o passivo se encontra sobreavalido e os fundos patrimoniais e os resultados estão subavaliados de montante que não é possível quantificar.

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- No exercício o Município não cumpre no exercício a regra de equilíbrio orçamental, atento o disposto no artº.40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Todavia, com recurso à cláusula extensiva de 5%, este indicador é atingido. No ano de 2020, importa ter em atenção os requisitos exigidos para cumprimento deste requisito.
- O Município apresenta excesso de endividamento. No entanto, a variação no excesso da dívida foi de menos 18,15%. Apresenta fundos disponíveis positivos ao longo do exercício.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso. O prazo médio de pagamento é de 31 dias. Em 31/12/2018, o prazo médio de pagamento situou-se nos 16 dias (Ficha do Município do 4º trimestre de 2019).
- A execução da receita atingiu o limite considerado padrão (85%), registando uma execução de 88,64%.
- Os recebimentos em atraso de impostos por cobrar, conforme declaração expressa pela Autoridade Tributária (AT), ascendem a um total de 168.222,35 €, considerados ativos contingentes, ao que acrescem os declarados pelo Município respeitantes a outras dívidas, no valor de 204.962,12 €.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

B
G
F

- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

- Analisámos a Relatório de Gestão elaborado pelo Órgão Executivo, tendo-se verificado que o mesmo cumpre os requisitos legais. No âmbito dos documentos de prestação de contas, importa levar em conta, para o futuro, a melhoria contínua, até porque com a entrada em vigor do SNC-AP as divulgações exigidas são de maior qualidade e relevo.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Maria do Rosário da Conceição Miña de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graca ROC n.º 758
Andréia Isabel Inacio Teles ROC n.º 1503 | Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POCAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de Gestão.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 4. deste relatório.

6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE), NOTAS E COMENTÁRIOS

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes. Todas as referências monetárias estão expressas em euros.

Nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2019, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
- Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
- Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
- Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2019;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS**
SROC, LDA.

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 | Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665

- Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
- Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
- Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2019;
- Solicitação direta a Advogados, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
- Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
- Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
- Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da adequação das provisões para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2019;
- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitante a montantes a receber e cuja liquidação apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2020;
- Verificação do método adotado para a contabilização das comparticipações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do equilíbrio orçamental e endividamento;
- Apreciação do prazo médio de pagamento, no final do exercício de 2019;
- Apreciação do apuramento dos fundos disponíveis e pagamentos em atraso;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do Balanço Social de 2019;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Sociedade de Auditoria e Conselhos Fiscais

6.1 Execução orçamental

6.1.1 Orçamento

a) Orçamento inicial

O orçamento inicial apresenta uma diminuição de 291 mil euros face a 2018.

RECEITAS	ORÇAMENTO INICIAL			VARIAÇÃO 2019/2018	VARIAÇÃO 2019/2017
	2017	2018	2019		
Correntes	8 675 737	8 502 650	8 778 948	276 297	103 211
Capital	4 655 349	4 005 145	3 437 751	-567 394	-1 217 598
TOTAL	13 331 086	12 507 795	12 216 698	-291 097	-1 114 388

DESPESAS	ORÇAMENTO INICIAL			VARIAÇÃO 2019/2018	VARIAÇÃO 2019/2017
	2017	2018	2019		
Correntes	9 979 869	8 502 650	8 682 727	180 077	-1 297 142
Capital	3 351 217	4 005 145	3 533 971	-471 174	182 754
TOTAL	13 331 086	12 507 795	12 216 698	-291 097	-1 114 388

b) Modificações do Orçamento

As modificações orçamentais revelam uma variação positiva de 1.392.230 €, por via da introdução do saldo de gerência, passando as previsões corrigidas para o valor de 13.608.928€. A afetação do saldo de gerência foi inteiramente, alocado a reforço das despesas de capital.

PREVISORIAL	VARIAÇÃO	
	INICIAL	2019
12 216 698	13 608 928	1 392 230

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.

c) Receitas

Analizada a execução da receita, podemos verificar um grau de execução de 88,64%, representando a receita corrente 94,77% e a receita de capital 68,28%.

RECEITAS	2017	PREVISORIAL		PREVISORIAL		
		INICIAL	CORRIGIDO	INICIAL	CORRIGIDO	2019
		2018	2018	2018	2019	2019
Correntes	8 176 886	8 502 650	8 502 651	8 444 854	8 778 948	8 778 948
Capital	3 955 706	4 005 145	4 005 145	1 884 008	3 437 751	3 437 751
Outras	283 253		158 343	163 575		1 392 230
TOTAL	12 415 845	12 507 795	12 666 139	10 492 437	12 216 698	13 608 928
GRAU DE EXECUÇÃO	88,00%			82,84%		88,64%
Corrente	94,25%			99,32%		94,77%
Capital	76,73%			47,04%		68,28%
Outras	101,91%			103,30%		100,29%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Foi atingida uma execução da receita, bastante satisfatória, acima do limite de 85% atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, conforme disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

É por isso necessário manter o esforço quanto à arrecadação de receita, de forma a dar cumprimento o referido normativo legal.

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

RECEITA CORRENTE	1º SEM 2019			2019			
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	
	8 778 948	8 778 948	4 231 861	48,20%	8 778 948	8 319 649	94,77%
Impostos directos	1 022 958	1 022 958	669 652	65,46%	1 022 958	1 016 529	99,37%
- IMI	533 058	533 058	280 759	52,67%	533 058	499 201	93,65%
- IUC	94 014	94 014	53 280	56,67%	94 014	103 056	109,62%
- IMT	362 637	362 637	326 523	90,04%	362 637	381 125	105,10%
- Derrama	33 249	33 249	9 090	27,34%	33 249	33 148	99,70%
Impostos indiretos	3 511	3 511	3 956	112,68%	3 511	7 898	224,97%
Taxas, multas e outras penalidades	71 375	71 375	14 170	19,85%	71 375	38 496	53,94%
Rendimentos de propriedades	345 760	345 760	174 891	50,58%	345 760	362 187	104,75%
Transferências correntes	6 050 873	6 050 873	2 913 793	48,15%	6 050 873	5 825 491	96,28%
Venda de bens e prestação de serviços	1 262 204	1 262 204	449 699	35,63%	1 262 204	1 042 561	82,60%
Outras receitas correntes	22 267	22 267	5 701	25,60%	22 267	26 487	118,95%
RECEITA DE CAPITAL	3 437 751	3 437 751	648 944	18,88%	3 437 751	2 347 173	68,28%
Venda de bens de investimento	8	8	4 573	57159,88%	8	9 511	118888,13%
Transferências de capital	1 938 461	1 938 461	643 371	33,19%	1 938 461	1 319 544	68,07%
Ativos Financeiros	1	1			1		
Passivos financeiros	1 499 279	1 499 279	1 000		1 499 279	1 017 117	67,84%
Outras receitas de capital	2	2			2	1 000	50000,00%
OUTRAS RECEITAS	1 392 230	1 395 853	100,26%		1 392 230	1 396 232	100,29%
Repositões não abatidas aos pagamentos		1	3 624	362433,00%	1	4 003	400250,00%
Saldo da gerência anterior		1 392 229	1 392 229	100,00%	1 392 229	1 392 229	100,00%
TOTAL GERAL	12 216 698	13 608 928	6 276 658	46,12%	13 608 928	12 063 054	88,64%

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um total de despesa paga de 10.403.637€, representando um grau de execução de 76,45%, face ao valor previsional corrigido. A despesa corrente atingiu um grau de execução de 87,90% e a despesa de capital um grau de 56,27%.

DESPESAS	2017	PREVISIONAL		PREVISIONAL		
		INICIAL	CORRIGIDO	INICIAL	CORRIGIDO	2019
Correntes	9 925 715	8 502 650	8 660 994	7 466 365	8 682 727	8 682 727
Capital	2 338 856	4 005 145	4 005 145	1 635 581	3 533 971	4 926 201
TOTAL	12 264 572	12 507 795	12 666 139	9 101 946	12 216 698	13 608 928
GRAU DE EXECUÇÃO	86,93%		71,86%		76,45%	
Corrente	92,06%		86,21%		87,90%	
Capital	70,28%		40,84%		56,27%	



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**



As despesas discriminam-se da seguinte forma:

	DOTAÇÃO INICIAL	1º SEM 2019			2019		
		DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA	VALOR	GRAU EXECUÇÃO
DESPESA CORRENTE	8 682 727	8 682 727	3 411 904	39,30%	8 682 727	7 631 743	87,90%
Despesas com pessoal	3 861 040	3 873 607	1 817 212	20,93%	3 930 654	3 899 425	44,91%
Aquisição de bens e serviços	3 287 162	3 299 732	1 182 231	30,52%	3 344 611	2 800 607	71,25%
Juros e outros encargos	698 424	688 287	130 804	19,00%	669 647	267 514	39,95%
Transferências correntes	721 248	723 748	244 677	33,81%	624 036	570 837	91,48%
Subsídios	1	1			1		
Outras despesas correntes	114 853	97 353	36 980	37,99%	113 778	93 359	82,05%
DESPESA DE CAPITAL	3 533 971	4 926 201	997 824	20,26%	4 926 201	2 771 894	56,27%
Aquisição de bens de capital	2 116 363	3 508 593	427 227	12,18%	3 558 409	1 548 554	43,52%
Transferências de capital	188 110	188 110	2 290	1,22%	160 681	19 098	11,89%
Ativos financeiros	30 515	30 515		0,00%	30 515	30 515	100,00%
Passivos financeiros	1 197 481	1 197 481	568 307	47,46%	1 168 997	1 166 542	99,79%
Outras despesas capital	1 501	1 501			7 599	7 185	94,56%
TOTAL GERAL	12 216 698	13 608 928	4 409 728	32,40%	13 608 928	10 403 637	76,45%

Ao nível da execução destacam-se as rubricas de despesa com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de 3,9 milhões e 2,8 milhão de euros, respetivamente.

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, apresentando-se a mesma adequada. Ao longo do exercício os fundos disponíveis após compromissos apresentam-se positivos.

	FUNDOS DISPONÍVEIS ESTIMADOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	5 947 981		5 947 981		
FEVEREIRO	7 060 435	5 193 019	1 867 415	452 187	4 740 832
MARÇO	7 880 876	6 163 257	1 717 619	1 093 133	5 070 124
ABRIL	8 509 400	6 670 621	1 838 780	1 657 347	5 013 274
MAIO	8 509 400	6 670 621	1 838 780	1 657 347	5 013 274
JUNHO	10 359 513	9 194 736	1 164 777	3 082 047	6 112 690
JULHO	11 269 912	10 358 861	911 051	4 409 728	5 949 133
AGOSTO	11 427 382	10 284 910	1 142 472	5 278 114	5 006 796
SETEMBRO	14 356 227	11 536 203	2 820 024	6 053 795	5 482 408
OUTUBRO	14 346 975	11 976 854	2 370 121	6 651 892	5 324 962
NOVEMBRO	14 963 735	12 523 292	2 440 444	7 362 150	5 161 142
DEZEMBRO	15 468 757	13 190 171	2 278 586	8 376 865	4 813 306



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos, somam o montante de 20.653.644,67€, sendo que 20.383.416,49€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo:

	2019				
	ASSUMIDOS	PAGOS	POR PAGAR	P/PAGAR DO ANO	EXERCÍCIOS FUTUROS
CORRENTES	10 352 918,22	7 631 743,10	2 721 175,12	55 646,27	2 665 528,85
CAPITAL	20 704 363,66	2 771 894,11	17 932 469,55	214 581,91	17 717 887,64
TOTAL	31 057 281,88	10 403 637,21	20 653 644,67	270 228,18	20 383 416,49

	2019			
Exercícios futuros	2020	2021	2022	seguintes
TOTAL	2 438 633,94	1 471 009,44	1 368 183,16	15 105 589,95
	20 383 416,49			
	12%	7%	7%	74%

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados, como já referimos, cerca de 20,4 milhões de euros, no horizonte temporal acima apresentado. Este processo merece acompanhamento e registo a todo o momento.

g) Equilíbrio Orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que em termos globais, no exercício de 2019, a receita corrente consegui cobrir a despesa corrente (RC > DC).

	2017	2018	2019
RECEITA CORRENTE	0,82	1,13	1,09

= **DESPEZA CORRENTE**

Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

Receita corrente bruta cobrada
=>
Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Efetivamente o art.º 40º da REFALEI, dispõe:

CAPÍTULO IV Regras orçamentais		
Artigo 40.º		
Equilíbrio orçamental		
1 - Os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.		
2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, <u>a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.</u>		
3 - O resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5% das receitas correntes totais, <u>o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.</u>		
4 - Para efeitos do disposto no n.º 2, consideram-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital utilizado pelo número de anos do contrato, independentemente do seu pagamento efetivo.		
5 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, para efeitos do disposto no presente artigo, e quanto às autarquias locais e entidades intermunicipais, <u>no momento da revisão orçamental para integração do saldo da gerência anterior, este último releva na proporção da despesa corrente que visa financejar ou da receita que visa substituir.</u> (Lei nº 51/2018, 16/08)		
6 - Sem prejuízo dos n.os 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas. (Lei nº 51/2018, 16/08)		

Nestes termos procedeu-se ao apuramento da nova regra de equilíbrio orçamental, apresentando a mesma os valores a seguir apresentados.

Como no ano de 2017 o equilíbrio não foi atingido (pelos motivos de adesão ao FAM, dada a possibilidade de pagamento de despesa acima de 9,9 milhões de euros) e dado que o valor deveria ter sido compensado em 2018 (o que não aconteceu), facto que também não aconteceu em 2019 o valor de desequilíbrio acumulado ascende a cerca de 3 milhões. A aplicação do saldo de gerência só no ano de 2018 é que foi aplicado na despesa corrente. No ano de 2019 a aplicação do saldo de gerência foi alocada, integralmente na despesa de capital, pelo que não contribui para melhoria do desequilíbrio.

		31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
1.	Receita corrente bruta cobrada	8 183 954,01 €	8 446 591,95 €	8 327 548,29 €
2.	Despesa corrente	9 925 715,12 €	7 466 365,23 €	7 631 743,10 €
3.	Amortização média de emp.M/L Prazo	1 007 374,90 €	1 046 770,85 €	1 097 626,72 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	10 933 090,02 €	8 513 136,08 €	8 729 369,82 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBRO ORÇAMENTAL	-2 749 136,01 €	-66 544,13 €	-401 821,53 €
6	Saldo da Gerência (artº 104º OE 2018) / (artº 40º n.º 5 Lei nº 73/2013)			
	(2)		158 343,06 €	- €
7 = 5. + 6.	DESEQUILÍBRO ACUMULADO	-2 749 136,01 €	-2 657 337,08 €	-3 059 158,61 €
8.	Receita corrente líquida (1)	8 176 885,64 €	8 444 853,66 €	8 319 649,09 €
9. = 8. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	408 844,28 €	422 242,68 €	415 982,45 €
10. = 7. + 9.	Equilíbrio orçamental	-2 340 291,73 €	-2 235 094,40 €	-2 643 176,15 €
		INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO	INCUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

(2) Não houve aplicação em despesas correntes do saldo da gerência

Visto o equilíbrio orçamental em termos anuais, conforme se apresenta no quadro seguinte, podemos concluir que no ano de 2017, não há equilíbrio, justificado pelo impacto do empréstimo do FAM.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

No ano de 2018 verifica-se equilíbrio por via da introdução do saldo de gerência de 2017, totalmente afeto a despesas correntes e no ano de 2019, verifica-se equilíbrio por via da cláusula extensiva de 5% da receita.

Apesar do normativo indicar que o valor do desequilíbrio de um ano deve ser compensado no ano seguinte, no caso presente, afigura-se mais adequada a análise anual, e justificada pela decisão de adesão ao FAM e cumprimento, sempre que possível, do previsto no PAM.

		31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
1.	Receita corrente bruta cobrada	8 183 954,01 €	8 446 591,95 €	8 327 548,29 €
2.	Despesa corrente	9 925 715,12 €	7 466 365,23 €	7 631 743,10 €
3.	Amortização média de empr.M/L Prazo	1 007 374,90 €	1 046 770,85 €	1 097 626,72 €
4. = 2. + 3.	TOTAL	10 933 090,02 €	8 513 136,08 €	8 729 369,82 €
5. = 1. - 4.	EQUILÍBIO ORÇAMENTAL	-2 749 136,01 €	-66 544,13 €	-401 821,53 €
	Saldo da Gerência (artº 104º OE 2018) / (artº 40º nº 5 Lei nº 73/2013)			
6	(2)		158 343,06 €	- €
7 = 5. + 6.	EQUILÍBIO ORÇAMENTAL	-2 749 136,01 €	91 798,93 €	-401 821,53 €
8.	Receita corrente líquida (1)	8 176 885,64 €	8 444 853,66 €	8 319 649,09 €
9. = 8. x 5%	5% do valor da receita corrente totais	408 844,28 €	422 242,68 €	415 982,45 €
10. = 7. + 9.	EQUILÍBIO ORÇAMENTAL	-2 340 291,73 €	514 041,61 €	14 160,93 €
		INCUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO	CUMPRIMENTO

(1) Considerada como as receitas correntes totais

(2) Não houve aplicação em despesas correntes do saldo da gerência

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado o montante de 1.097.626,72€.

BASE	PARA	AMORT. MÉDIAS
<=2013	2019	292 770,85
>2014	2019	804 855,87
		1 097 626,72

6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

A execução do PPI atingiu um grau, em termos anuais, de 56,27% e em termos globais de 18,9%.

	2019			GRAU DE EXECUÇÃO	
	MONTANTE PREVISTO				
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL		
Serv. Gerais Adm.Pública	61 078		61 078	389 694	89,14
Segurança e Ordem Pública	1 453		1 453	54 445	98,53
Educação	204 437		204 437	1 452	99,93
Saúde	62 752		62 752	1 452	99,93
Segurança e Ação social	20 003		20 003	16 808	92,74
Habitação e Serviços Coletivos	456 262	1 135 665	1 591 927	189 585	93,29
Ser Culturais, Recreativos e Religiosos	374 138	42 140	416 278	206 393	
Agricultura, Pecuária, Silvicultura, caça e pesc	5 000		5 000		
Industria e Energia	116 018	871 465	987 483		
Transportes e Comunicações	1 488 043	470 244	1 958 287		
Comércio e Turismo	416 711	214 756	631 467		
Outras Funções Económicas	113 869	50 000	163 869		
Operações da Dívida Autárquica	1 168 997	15 368 940	16 537 937		
Diversas não Especificadas	437 439	15 258	452 697		
TOTAL GERAL	4 926 201	18 168 468	23 094 669	1 963 618	56,27
				2 771 894	18,90
				4 735 512	

6.1.3 Execução das Ações mais relevantes

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual e global, atingiu 87,90% e 81,98% respetivamente.

	2019							
	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEGUINTES	TOTAL	ANTERIOR	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
Serv. Gerais Adm.Pública	6 509 179		6 509 179	6 778 967	5 997 021	12 775 987,89	92,13	96,15
Segurança e Ordem Pública	62 407		62 407	46 253	58 014	104 267,47	92,96	95,96
Educação	340 571	222 113	562 684	200 785	316 057	516 842,40	92,80	67,70
Saúde	2		2					
Segurança e Ação social	122 749		122 749	89 601	82 833	172 433,99	67,48	81,20
Habilacão e Serviços Coletivos	133 374		133 374	1 487 668	91 182	1 578 849,38	68,37	97,40
Ser.Culturais,Recreativos e Religiosos	384 690	104 000	488 690	220 798	364 124	584 922,41	94,65	82,44
Transportes e Comunicações	396 288		396 288					
Comércio e Turismo	43 220	18 500	61 720	3 690	41 511	45 200,55	96,05	69,10
Outras Funções Económicas	128 698		128 698	21 881	128 530	150 410,94	99,87	99,89
Operações da Dívida Autárquica	268 754	2 359 459	2 628 213	224 696	264 239	488 934,81	98,32	17,14
Diversas não Especificadas	292 795		292 795	372 295	288 232	660 526,79	98,44	99,31
	8 682 727	2 704 072	11 386 800	9 446 634	7 631 743	17 078 377	87,90	81,98



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2 Análise patrimonial

6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no período de 2016 a 2019.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 34.228.088,77€, sendo o ativo fixo (imobilizado) que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 90,8%.

Código contas POCAL	Ativo	2016		2017		2018		2019		VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
453	Bens de domínio público	32 865 966,90	75,30	34 039 695,44	78,56	36 281 366,33	97,65	40 772 849,33	119,12	12,38
445	Outras construções e infra-estruturas	725 914,39	1,66	575 736,48	1,33	376 057,85	1,01	227 935,38	0,67	-39,39
485	Imobilizações em curso	-26 676 064,62	-61,12	-27 683 602,00	-63,89	-29 532 055,85	-79,49	-32 361 633,26	-94,55	9,58
	Amortizações acumuladas	6 915 816,67	15,85	6 931 829,92	16,00	7 125 388,33	19,18	8 639 151,45	25,24	21,24
	Imobilizações incorpóreas:									
431	Despesas de instalação	304 771,65	0,70	304 771,65	0,70	304 771,65	0,82	304 771,65	0,89	
432	Despesas de invest. e de desenvolvimento	174 363,32	0,40	414 300,14	0,96	768 093,26	2,07	1 063 830,16	3,11	38,50
443	Imobilizações em curso	530 433,65	1,22	397 420,83	0,92	251 093,05	0,68	69 789,93	0,20	-72,21
483	Amortizações acumuladas	-326 214,87	-0,75	-459 998,44	-1,06	-837 591,88	-2,25	-1 071 672,48	-3,13	27,95
	683 353,75	1,57		656 494,18	1,52	486 366,08	1,31	366 719,26	1,07	-24,60
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	2 628 891,00	6,02	2 628 891,00	6,07	2 882 998,58	7,76	2 902 804,58	8,48	0,69
422	Edifícios e outras construções	7 558 154,53	17,32	9 449 947,38	21,81	17 594 871,62	47,36	18 976 661,62	55,44	7,85
423	Equipamento básico	1 213 374,39	2,78	1 426 441,05	3,29	1 470 818,41	3,96	1 676 042,50	4,80	13,95
424	Equipamento de transporte	1 624 981,60	3,72	1 856 474,88	4,28	1 957 750,66	5,27	1 981 168,91	5,79	1,20
425	Ferramentas e utensílios	59 146,57	0,14	69 941,70	0,16	70 621,96	0,19	70 621,96	0,21	0,00
426	Equipamento administrativo	916 220,95	2,10	938 652,98	2,17	969 459,93	2,61	1 098 811,87	3,21	13,34
429	Outras imobilizações corpóreas	1 113 890,70	2,55	1 165 137,15	2,69	1 341 657,82	3,61	1 425 529,76	4,16	6,25
442	Imobilizações em curso	23 632 356,89	54,15	21 346 800,10	49,27	10 629 059,04	28,61	5 753 877,03	16,81	-45,87
482	Amortizações acumuladas	-5 437 126,72	-12,46	-5 731 486,21	-13,23	-10 767 156,68	-28,98	-12 251 372,19	-35,79	13,78
	33 309 869,91	76,32		33 150 800,03	76,51	26 150 079,34	70,38	21 634 146,04	63,21	-17,27
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	375 274,49	0,86	375 274,49	0,87	172 675,00	0,46	172 675,00	0,50	
412	Obrigações e títulos de participação	427 207,60	0,98	427 207,60	0,99	274 635,00	0,74	274 635,00	0,80	
415	Outras aplicações financeiras			66,24		66,24		66,24		0,00
491	Provisões para investimentos financeiros					-22 050,00	-0,06	-22 050,00	-0,06	
	802 482,09	1,84		802 548,33	1,85	425 326,24	1,14	425 326,24	1,24	
	Circulante:									
36	Existências:									
39	Materias-primas, subsidiárias e de consumo	199 815,41	0,46	164 118,38	0,38	155 945,43	0,42	157 688,66	0,46	1,12
	Provisões para dep. existências					-65 105,32	-0,18	-67 787,76	-0,20	4,12
	199 815,41	0,46		164 118,38	0,38	90 840,11	0,24	89 900,90	0,26	-1,03
	Dividas de terceiros - Curto prazo:									
212	Contribuinte c/c	5,24				0,10		14,55		
213	Utentes c/c	86 287,89	0,20	73 320,69	0,17	125 665,96	0,34	79 950,44	0,23	14 450,00
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	611 379,24	1,40	567 365,17	1,31	391 680,39	1,05	442 030,34	1,29	-36,38
24	Estado e outros entes públicos	12 230,92	0,03	7 794,23	0,02			6 499,37	0,02	12,85
24	Outros devedores	737 440,00	1,69	601 658,53	1,39	191 924,01	0,52	196 917,38	0,58	2,60
282+263+2 67+268	Provisões para cobranças duvidosas	-354 186,05	-0,81	-287 191,98	-0,66	-274 742,39	-0,74	-327 143,12	-0,96	19,07
291		1 093 157,26	2,50	962 946,66	2,22	434 528,07	1,17	398 268,96	1,16	-8,34
	Depósitos em instit. financeiras e caixa									
12	Depósitos em instit. financeiras	408 323,98	0,94	270 348,10	0,62	1 509 612,05	4,06	1 760 666,75	5,14	
11	Caixa	4 461,40		257,03		3 723,45	0,01	1 387,89	0,00	-62,73
	412 785,38	0,95		270 605,13	0,62	1 513 335,50	4,07	1 762 054,64	5,15	16,44
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos e proveitos	210 693,83	0,48	376 121,82	0,87	906 980,38	2,44	912 393,92	2,67	
272	Custos diferidos	16 919,23	0,04	11 789,24	0,03	21 218,04	0,06	127,36	0,00	-99,40
	227 813,06	0,52		387 911,06	0,90	928 198,42	2,50	912 521,28	2,67	-1,69
	Total do ativo	43 644 893,53	100,00	43 327 253,69	100,00	37 154 042,09	100,00	34 228 088,77	100,00	-7,88



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 7.732.869,21€, apurando um resultado líquido negativo de 434.406,20€.

Códigos contas POCAL	Fundos próprios	2016		2017		2018		2019		VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
51	Fundos próprios:									
55	Património	29 881 412,40	68,46	29 881 478,64	68,97	29 881 478,64	80,43	29 881 478,64	87,30	
	Ajustamentos de partes de capital em empresas	159 054,78	0,36	159 054,78	0,37					
571	Reservas:	8 952,37	0,02	66 990,66	0,15	111 236,96	0,30	111 236,96	0,32	
576	Reservas legais	48 200,40	0,11	48 200,40	0,11	48 200,40	0,13	48 200,40	0,14	
577	Doações	15 902,97	0,04	15 902,97	0,04	15 902,97	0,04	15 902,97	0,05	
59	Reservas decorrentes de transf. de alíhos	-17 177 408,55	-39,36	-16 373 308,09	-37,79	-20 636 522,48	-55,54	-21 889 543,56	-63,95	6,07
88	Resultados transitados	1 160 769,80	2,66	864 921,97	2,04	110 598,05	0,30	-434 406,20	-1,27	-492,78
	Resultado líquido do exercício									
		14 096 884,17	32,30	14 883 241,53	33,89	9 530 894,54	25,65	7 732 869,21	22,59	-18,87

Os fundos patrimoniais, sofreram uma redução significativa, essencialmente por via do encerramento de obras em curso e registo de amortizações de anos anteriores.

Dado este encerramento, houve necessidade de calcular as amortizações que já deveriam ter ocorrido em anos anteriores, facto que veio a aumentar o valor já negativo da conta de resultados transitados. Os movimentos ocorridos na conta de resultados transitados a este título ascenderam a 2.180.541,37 €.

c) Passivo

O passivo total mantém um valor abaixo do ano transato, ascendendo a 26.495.219,56€.

Códigos contas POCAL	Passivo	2016		2017		2018		2019		VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
292	Passivo:									
	Provisões para riscos e encargos	336 732,63	0,77	293 438,70	0,68	155 292,69	0,42	157 492,59	0,46	1,42
		336 732,63	0,77	293 438,70	0,68	155 292,69	0,42	157 492,59	0,46	1,42
2312	Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:									
221	Dividas a instituições de crédito	12 835 026,25	29,41	15 160 655,54	34,99	14 743 014,53	39,68	14 635 015,32	42,76	-0,73
2681	Fornecedores c/c	1 778 213,49	4,07	694 267,78	1,60			15 257,50	0,04	-100,00
	Fundo de Apoio Municipal - Médio/Longo Prazo									-0,84
2312	Dividas a terceiros - Curto prazo:									
269	Empréstimos de médio prazo a pagar no curto prazo	463 098,00	1,06	743 757,29	1,72	1 193 954,78	3,21	1 152 529,55	3,37	-3,47
221	Adiantamentos por conta de vendas	2 774 213,80	6,36	722 681,73	1,67	474 951,23	1,28	1 227,48	200,00	
228	Fornecedores, c/c	148 136,68	0,34	101 429,31	0,23	103 822,75	0,28	9 200,90	0,03	-98,06
252	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência									-54,83
217	Credores pela execução do orçamento									
261	Clientes e utentes c/c/auções	161 093,53	0,37	83 282,23	0,19	20 347,00	0,05	1 583,75	1 583,75	
24	Fornecedores de imobilizado, c/c	37 457,29	0,09	39 422,21	0,09	93 569,66	0,25	80 032,02	0,23	-14,47
261+263+267 +268	Estatuto e outros entes públicos	557 955,43	1,28	129 597,70	0,30	34 516,33	0,09	15 602,21	0,05	-54,80
261+2685	Outros credores	98 299,46	0,23	72 840,86	0,17	68 492,48	0,18	55 786,69	0,16	-18,55
	Cauções e garantias									
273	Acréscimos e diferimentos									
274	Acréscimos de custos	456 373,31	1,05	484 993,03	1,12	461 827,21	1,24	494 067,62	1,44	6,98
	Provellos diferidos	9 901 409,47	22,69	10 117 452,22	23,35	10 256 108,48	27,60	9 845 787,99	28,77	-4,00
	Total do passivo	10 357 782,78	23,73	10 602 445,25	24,47	10 717 935,68	28,85	10 339 855,61	30,21	-3,53
		29 548 009,36	67,70	28 644 018,60	66,11	27 623 147,55	74,35	26 495 219,56	77,41	-4,08
	Total dos fundos próprios e do passivo	43 644 893,53	100,00	43 327 260,13	100,00	37 154 042,09	100,00	34 228 088,77	100,00	-7,88



d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima apurado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado.

Efetivamente a dívida do Município totaliza cerca de **15,9 milhões euros**, conforme abaixo apurada:

	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
TOTAL PASSIVO	26 495 220	27 623 148	28 644 019
(-) PROVISÕES	157 493	155 293	293 439
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	10 339 856	10 717 936	10 602 445
(-) FAM	15 258	45 773	244 118
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	94 739	121 106	112 263
TOTAL DA DÍVIDA	15 887 875	16 583 040	17 391 754
REDUÇÃO	695 165	808 714	
		1 503 879	

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma se encontra muito elevada, para a capacidade e estrutura de obtenção de rendimentos por parte do Município.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

O ciclo da despesa mantém-se igual ao que se encontrava definido e em vigor antes da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, com exceção do momento em que a garantia do seu pagamento se encontra assumido. O referido momento viu-se antecipado para o momento da assunção do compromisso, em detrimento do momento de pagamento.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo, devem ser tomados como uma imperioso necessidade.

A apreciação da dívida do Município, será apresentada no ponto 7.2 Endividamento/Dívida Total deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração de resultados apresenta os aspectos económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2016 a 2019:

Custos e perdas		2016		2017		2018		2019		VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	159 027,44	1,80	319 519,09	3,42	203 251,02	2,16	481 863,82	5,01	137,08
62	Fornecimentos e serviços externos	1 971 893,09	22,34	2 302 532,25	24,63	2 318 530,47	24,68	2 207 047,45	22,96	-4,81
63	Transf. subs. correntes conced. e presl sociais	513 524,14	5,82	611 339,37	6,54	571 789,47	6,09	574 293,81	5,97	0,44
64	Custos com o pessoal	3 084 757,36	34,94	3 259 820,70	34,87	3 493 769,75	37,18	3 970 949,38	41,31	13,66
66	Amortizações do exercício	1 391 342,29	15,76	1 476 339,88	15,79	2 009 042,63	21,38	2 417 204,60	25,15	20,32
67	Provisãois do exercício	87 884,68	1,00	118 254,00	1,26	65 105,32	0,69	57 283,07	0,60	-12,01
65	Outros custos perdas operacionais	22 519,64	0,26	18 390,48	0,20	38 965,50	0,41	10 464,79	0,11	-73,14
(A) Custos e perdas operacionais		7 230 948,64	81,91	8 106 195,77	86,70	8 700 454,16	92,60	9 719 106,92	101,11	11,71
68	Custos e perdas financeiros	373 458,82	4,23	292 931,40	3,13	307 687,13	3,27	265 917,22	2,77	-13,58
(C) Custos e perdas financeiras		373 458,82	4,23	292 931,40	3,13	307 687,13	3,27	265 917,22	2,77	-13,58
CUSTOS E PERDAS CORRENTES		7 604 407,46	86,14	8 399 127,17	89,83	9 008 141,29	95,87	9 985 024,14	103,87	10,84
69	Custos e perdas extraordinários	62 924,14	0,71	65 773,77	0,70	277 098,49	2,95	62 201,50	0,65	-77,55
(E) Custos e perdas extraordinários		62 924,14	0,71	65 773,77	0,70	277 098,49	2,95	62 201,50	0,65	-77,55
88	Resultado líquido do exercício	1 160 769,80	13,15	884 921,97	9,46	110 598,05	1,18	-434 406,20	-4,52	-492,78
TOTAL GERAL		8 828 101,40	100,00	9 349 822,91	100,00	9 395 837,83	100,00	9 612 819,44	100,00	2,31

Proveitos e ganhos		2016		2017		2018		2019		VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	1 034 399,38	11,72	975 376,35	10,43	980 730,30	10,44	1 041 073,61	10,83	6,15
72	Impostos e taxas	838 194,60	9,49	1 228 047,87	13,13	1 117 716,44	11,90	1 193 143,62	12,41	6,75
73	Proveitos suplementares	43 208,66	0,49	32 323,59	0,35	30 468,45	0,32	25 985,18	0,27	-14,71
74	Transf. e subsídios obtidos	6 344 499,50	71,87	6 300 310,02	67,38	6 523 604,99	69,43	6 887 081,20	71,64	5,57
(B) Proveitos e ganhos operacionais		8 260 302,14	93,57	8 536 057,83	91,30	8 652 520,18	92,09	9 147 283,61	95,16	5,72
78	Proveitos e ganhos financeiros	325 804,42	3,69	320 153,93	3,42	313 601,28	3,34	330 042,29	3,43	5,24
(D) Proveitos e ganhos financeiros		325 804,42	3,69	320 153,93	3,42	313 601,28	3,34	330 042,29	3,43	5,24
PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		8 586 106,56	97,26	8 856 211,76	94,72	8 966 121,46	95,43	9 477 326,90	98,69	5,70
79	Proveitos e ganhos extraordinários	241 994,84	2,74	493 611,15	5,28	429 716,37	4,57	135 493,54	1,41	-68,47
(F) Proveitos e ganhos extraordinários		241 994,84	2,74	493 611,15	5,28	429 716,37	4,57	135 493,54	1,41	-68,47
TOTAL GERAL		8 828 101,40	100,00	9 349 822,91	100,00	9 395 837,83	100,00	9 612 819,44	100,00	2,31

RESUMO:		2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	VARIAÇÃO 2019/2018 (%)
Resultados operacionais (B) - (A)		1 029 353,60	11,66	429 862,06	4,60	-47 933,98	-0,51	-571 823,31	-5,85	1 092,94
Resultados financeiros (D) - (C)		-47 654,40	-0,54	27 222,53	0,28	5 914,15	0,06	64 125,07	0,67	984,27
Resultados correntes (B+D) - (A+C)		981 899,10	11,12	457 084,59	4,88	-42 019,83	-0,45	-507 698,24	-5,28	1 108,23
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)		1 160 769,80	13,15	884 921,97	9,46	110 598,05	1,18	-434 406,20	-4,52	-492,78

O resultado líquido negativo de 434.406,20 € decorre da existência de resultados operacionais negativos, devendo a atenção da Gestão estar focalizada nestas componentes.

6.3 Análise das principais contas

6.3.1 Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação do encerramento de obras em curso;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de imobilizado.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2019.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Foram analisadas as variações mais significativas.

Importa rever o conceito de Ativo, ainda com maior particularidade para a transição para o SNC-AP, que ocorreu no início de 2020, mas que aqui também tem significado relevante.

Efetivamente as normas definem como **"Ativo", "um recurso presentemente controlado pela entidade pública como resultado de um evento passado"** (Estrutura Conceptual § 88).

Propõe-se uma reapreciação do procedimento, de afetação de todas as componentes do custo de aquisição de um ativo capitalizável, nomeadamente os custos de fiscalização e coordenação da segurança de obras, já que se encontram associados aos custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para ser capaz de operar da maneira pretendida pelo órgão de gestão.

a) Bens de domínio público

Os bens de domínio público (#45), em termos líquidos, variaram de forma positiva, essencialmente por via do encerramento de obras em curso e registo das operações do exercício.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
453 Bens de domínio público					
Outras construções e infra-estruturas	32 865 966,90	34 039 695,44	36 281 366,33	40 772 849,33	4 491 483,00
445 Imobilizações em curso	725 914,39	575 736,48	376 057,85	227 935,38	-148 122,47
485 Amortizações acumuladas	-26 676 064,62	-27 683 602,00	-29 532 055,85	-32 361 633,26	-2 829 577,41
TOTAL	6 915 816,67	6 931 829,92	7 125 368,33	8 639 151,45	1 513 783,12



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Imobilizado incorpóreo

Quanto às imobilizações incorpóreas líquidas, o saldo ascende a 366.719,26€.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
431 Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	304 771,65	304 771,65	304 771,65	304 771,65	
432 Despesas de invest e de desenvolvimento	174 363,32	414 300,14	768 093,26	1 063 830,16	295 736,90
443 Imobilizações em curso	530 433,65	397 420,83	251 093,05	69 789,93	-181 303,12
483 Amortizações acumuladas	-326 214,87	-459 998,44	-837 591,88	-1 071 672,48	-234 080,60
TOTAL	683 353,75	656 494,18	486 366,08	366 719,26	-119 646,82

Esta conta merece uma avaliação, face ao conceito de "Ativo", antes apresentado, já que a título de exemplo, despesas de instalação não cumprem os requisitos de reconhecimento de um "Ativo".

c) Imobilizado corpóreo

As imobilizações corpóreas discriminam-se do seguinte modo:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
421 Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	2 628 891,00	2 628 891,00	2 882 996,58	2 902 804,58	19 808,00
422 Edifícios e outras construções	7 558 154,53	9 449 947,38	17 594 871,62	18 976 661,62	1 381 790,00
423 Equipamento básico	1 213 374,39	1 426 441,05	1 470 818,41	1 676 042,50	205 224,09
424 Equipamento de transporte	1 624 961,60	1 856 474,88	1 957 750,66	1 981 168,91	23 418,25
425 Ferramentas e utensílios	59 146,57	69 941,70	70 621,96	70 621,96	
426 Equipamento administrativo	916 220,95	938 652,98	969 459,93	1 098 811,87	129 351,94
429 Outras imobilizações corpóreas	1 113 890,70	1 165 137,15	1 341 657,82	1 425 529,76	83 871,94
442 Imobilizações em curso	23 632 356,89	21 346 800,10	10 629 059,04	5 753 877,03	-4 875 182,01
482 Amortizações acumuladas	-5 437 126,72	-5 731 486,21	-10 767 156,68	-12 251 372,19	-1 484 215,51
TOTAL	33 309 869,91	33 150 800,03	26 150 079,34	21 634 146,04	-4 515 933,30

No que se refere à variação das Imobilizações Corpóreas destaca-se a oscilação da rubrica de obras em curso, onde 46% do valor das obras em curso foram encerradas.

d) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em termos líquidos ascendem ao montante de 425.326,24€.

CONTA	SALDO FINAL			
	2016	2017	2018	2019
411 Partes de capital	375 274,49	375 274,49	172 675,00	172 675,00
412 Obrigações e títulos de participação	427 207,60	427 207,60	274 635,00	274 635,00
415 Outras aplicações financeiras			66,24	66,24
491 Provisões para investimentos financeiros			-22 050,00	-22 050,00
TOTAL	802 482,09	802 548,33	425 326,24	425 326,24

As participações detidas são as que de seguida se apresentam, verificando-se ajustamentos necessários ao reconhecimento destes ativos, já que sendo a participação inferior a 20%, os investimentos financeiros devem encontrar-se mensurados ao custo.

	2016	2017	2018	2019	PROVISÃO	% DETIDA
- EDC - Mármore S.A.	68 070,66	68 070,66	22 050,00	22 050,00	22 050,00	7,35%
- ÁGUAS DE VALE DO TEJO, S.A.	307 203,83	307 203,83	150 625,00	150 625,00		0,18%
- FAM	427 207,60	427 207,60	274 635,00	274 635,00		0,07%
- OUTRAS		66,24	66,24	66,24		
	802 482,09	802 548,33	447 376,24	447 376,24	22 050,00	

O valor relevado na conta #41.2, correspondente ao valor subscrito de unidades de participação no capital do FAM, cuja realização está subjacente ao seguinte plano:

CUMPRIDO	CAPITAL NO INÍCIO		PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM
	2014	427 207,60		
2014	427 207,60		30 515,00	396 692,60
2015	396 692,60		30 515,00	366 177,60
2016	366 177,60		30 515,00	335 662,60
2017	335 662,60		30 515,00	305 147,60
2018	305 147,60		30 515,00	274 632,60
	274 632,60		30 515,00	244 117,60
	244 117,60			
	-152 572,60			91 545,00
	91 545,00		22 886,25	68 658,75
	68 658,75		22 886,25	45 772,50
2019	45 772,50		15 257,50	30 515,00
	30 515,00		15 257,50	15 257,50
PAGAMENTOS FUTUROS	2020		15 257,50	
			Curto prazo	15 257,50 A PAGAR EM 2020
			Médio longo prazo	15 257,50

Os documentos de prestação de contas, na nota 2.16, e em quadro anexo, encontram-se apresentadas as participações detidas.



e) Imobilizações em curso

	CONTA	SALDO FINAL			Variação 2019/2018
		2017	2018	2019	
442	Imobilizações em curso				
	Imobilizado Corpóreo	21 346 800,10	10 629 059,04	5 753 877,03	
	- Terrenos	416 318,18	222 139,00	222 139,00	-104 384,63
	- Instalações de serviços	1 350 386,05	165 158,71	60 774,08	-21 924,55
	- Instalações desp.recreat.	1 233 518,38	853 897,86	831 973,31	
	- Mercados e inst.fisc.sant.	3 801,57			
	- Escolas	1 167 787,04	206 563,32	179 915,13	-26 648,19
	- Lares terceira idade	5 874,45			
	- Outros edifícios	2 884 112,66	1 184 473,04	994 284,71	-190 188,33
	- Viaturas, arruam.obr.comp.	6 995 595,37	5 012 213,67	2 011 722,77	-3 000 490,90
	- Esgotos	403 740,29	272 260,56	174 390,07	-97 870,49
	- Iluminação pública	23 110,38	12 143,99	12 143,99	
	- Parques e jardins	208 036,72	153 646,29	22 393,60	-131 252,69
	- Inst.desp.e recreativas	2 443 731,87	739 700,82	15 995,00	-723 705,82
	- Cap.,trat.dist.água	611 289,00	240 574,55	24 031,97	-216 542,58
	- Sinalização e trânsito	142 558,91	1 909,09		-1 909,09
	- Inf.p/dist.energia elétrica	82 664,92	13 745,00		-13 745,00
	- Inf.p/trat.resíduos sólidos	55 362,67			
	- Cemitérios	266 291,65	145 435,07	126 480,19	-18 954,88
	- Outras	2 555 299,04	1 330 302,70	1 072 736,71	-257 565,99
	- Parques e feiras	394 382,60	69 582,37		-69 582,37
	- Equipamento básico	3 383,32	416,50		-416,50
	- Outras imob. corpóreas	99 555,03	4 896,50	4 896,50	
443	Imobilizado Incorpóreo	397 420,83	251 093,05	69 789,93	
	- Plano diretor municipal	24 682,33	21 779,00		-21 779,00
	- Trabalhos diversos	372 738,50	229 314,05	69 789,93	-159 524,12
445	Bens de Domínio Público	575 736,48	376 057,85	227 935,38	
	- Viadutos, arruam.obr.comp.	250 446,13	151 466,64	108 827,01	-42 639,63
	- Parques e jardins	325 290,35	224 591,21	119 108,37	-105 482,84
	TOTAL	22 319 957,41	11 256 209,94	6 051 602,34	-5 204 607,60

Conforme se verifica que no exercício de 2019, verificou-se o encerramento de obras em cerca de 46% do valor existente em aberto em 2018. O valor dos aumentos ascende a 716.723,88 € e o valor das transferências para imobilizado firme foi de 5.921.331,48 €.

Aumentos	716 723,88
Diminuições	5 921 331,48
	5 204 607,60

Este trabalho deve merecer continuidade de forma a que o património do Município se encontre ajustado nos termos contabilísticos aplicáveis, já que muitos dos investimentos em curso já se encontram em uso.



f) Amortizações acumuladas

As amortizações acumuladas sofreram a seguinte variação:

POCAL		2018	AUMENTO	AUMENTO	REGULARIZAÇÕES /ABATES	2019	Variação 2019/2018
		Valor	# 66	# 59	Valor	Valor	
4853	Bens de domínio público: Outras construções e infra-estruturas	29 532 055,85	1 307 531,12	1 522 046,29		32 361 633,26	2 829 577,41
		29 532 055,85	1 307 531,12	1 522 046,29		32 361 633,26	2 829 577,41
4831	Imobilizações incorpóreas: Despesas de instalação	235 561,65				235 561,65	
4832	Despesas de investe e de desenvolvimento	602 030,23	219 561,27	14 519,33		836 110,63	234 080,60
		837 591,88	219 561,27	14 519,33		1 071 672,48	234 080,60
4821	Imobilizações corpóreas: Terrenos e recursos naturais	6 119 899,05	574 318,06	643 021,20	1 181,87	7 336 056,44	1 216 157,39
4822	Edifícios e outras construções	1 119 424,15	97 551,33			1 216 975,48	97 551,33
4823	Equipamento básico	1 445 290,38	96 409,68		44 796,96	1 496 903,10	51 612,72
4824	Equipamento de transporte	56 776,69	3 358,85			60 135,54	3 358,85
4825	Ferramentas e utensílios	899 887,81	57 735,30		3 295,07	954 328,04	54 440,23
4826	Equipamento administrativo	1 125 878,60	60 738,99	954,55	598,55	1 186 973,59	61 094,99
4829	Outras imobilizações corpóreas						
		10 767 156,88	890 112,21	643 975,75	49 872,45	12 251 372,19	1 484 215,51
	TOTAL	41 136 804,41	2 417 204,60	2 180 541,37	49 872,45	45 684 677,93	4 547 873,52

Conforme já antes se referiu, dado o encerramento das obras que se encontravam em curso e já em uso, foram ajustadas as amortizações que já deveriam ter ocorrido as quais registam um valor de 2.180.541,37 €.

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

6.3.2 Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de existências.

Comentários

- a) O montante das existências ascende a 89.900,90€, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018	
	2016	2017	2018	2019		
36	Existências: Materias-primas, subsidiarias e de consumo	199 815,41	164 118,38	155 945,43	157 688,66	
39	Provisões para depreciação de existências			-65 105,32	-67 787,76	
	TOTAL	199 815,41	164 118,38	90 840,11	89 900,90	-939,21

Realçamos a importância do movimento global das compras e armazéns. Esta área merece acompanhamento, de forma a permitir o seu adequado controlo. Hoje é possível manter uma política de "just in time" isto é, a aquisição deve ser oportuna e na hora exata. Os custos de manutenção de stocks, ocupação de espaços de armazenamento, devem ser minorados, com limites adequados, com aquisições ponderadas e necessárias ao exercício da atividade municipal. Propõe-se por isso a análise do stock armazenado, no sentido de avaliar bens a vender a título de sucata, ou a abater.

- b) As existências são valorizadas ao custo de aquisição, de acordo com o ponto 4.2.1 do POCAL, sendo o método de custeio adotado para as saídas de armazém, o custo médio ponderado, e utilizado o sistema de inventário permanente.
- c) No final do exercício de 2019, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final, conforme nos foi possível confirmar através das listagens de existências valorizadas com referência a 31 de dezembro.
- d) Foram apreciados os bens em armazém e para os que apresentavam risco de inoperacionalidade face à sua não rotatividade, procedeu-se ao reforço de provisões.
- e) Os documentos de prestação de contas, na nota 8.2.29, apresentam o montante do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC). Conforme é relatado, o CMCMC, passou a refletir o valor de aquisição de água em alta, o qual, em exercícios anteriores, se encontra na conta 62 – Fornecimentos e serviços externos.

6.3.3 Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados.
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de dívidas a receber,

Comentários

- a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 398.268,96 €, discriminado da seguinte forma:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
21 Cientes/Contribuintes/Utentes	697 672,37	640 685,86	517 346,45	521 995,33	
212 - Contribuintes c/c	5,24	0,00	0,10	14,55	14,45
213 - Utentes c/c	86 287,89	73 320,69	125 665,96	79 950,44	-45 715,52
218 - Cobrança Duvidosa	611 379,24	567 365,17	391 680,39	442 030,34	50 349,95
24 Estado e outros entes públicos	12 230,92	7 794,23		6 499,37	6 499,37
26 Outros Devedores		601 658,53	191 924,01	196 917,38	
2682 Devedores de transf. para autarquias locais		56 496,79	29 858,72	29 858,72	
26889 Outros devedores	737 440,02	545 161,74	124 888,81	125 880,81	992,00
26885 Devedores p/acordos cooperação			37 176,48	41 177,85	4 001,37
291 Provisões	-354 186,05	-287 191,96	-274 742,39	-327 143,12	-52 400,73
TOTAL	1 093 157,26	962 946,66	434 528,07	398 268,96	-36 259,11

Os Município têm dado cumprimento à entrega dos ficheiros mensais SAFT – T.

- b) O valor de clientes cobrança duvidosa (#21.8) foram ajustados para o montante de 442.030,34€. Para os mesmos foram ajustadas as provisões (#29) conforme referenciado no ponto 6.3.9) Provisões e contingências, deste relatório.
- c) Os documentos de prestação de contas, na nota 8.2.22, apresentam o valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas nas contas de terceiros.



- d) Quanto às dívidas de outros devedores, a conta #26.8.2 refere-se a:

	2017	2018	2019
#26.8.2 Devedores de transf. para autarquias locais			
Outros devedores	56 496,79	29 858,72	29 858,72
- Município de Redondo	29 858,72	29 858,72	29 858,72
- Município de Portel	26 638,07		
TOTAL	56 496,79	29 858,72	29 858,72

No âmbito do quadro comunitário PORTUGAL 2020 e apenas para os projetos titulados pelo Município, apresenta-se a execução efetuada. Para além dos identificados no quadro abaixo, existem outros projetos de que o Município é parte, não estando os mesmos apresentados.

Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Data Estado	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa Fin.	Anterior	31/12/2019	Apoio Pago	Total
PROJETOS PRÓPRIOS											
POSEUR-03-2012-FC-000701	Construção de estação elevatória e emissário na zona velha de terceira	Em Execução	23/10/2017	66 999,45	66 999,45	56 949,53	85,00%	49 088,16	1 453,99	50 542,15	
POSEUR-03-2012-FC-000718	Conclusão do Sistema de Saneamento em Baixa de Hortinhas	Em Execução	05/07/2017	117 066,75	117 066,75	99 506,74	85,00%	91 075,92	3 180,07	94 255,99	
ALT20-02-5673-FEDER-000005	Centro Escolar e terena - Remodelação e Ampliação	Em Execução	31/08/2016	367 458,58	287 019,50	243 366,58	85,00%	231 768,25		231 768,25	
ALT20-08-2114-FEDER-000199	Fortaleza de Juronenha: Consolidação e Restauração dos Paramentos do Perímetro Abaluartado Exterior e Cerca Islâmica e Medieval Interior	Em Execução	16/09/2019	4 728 108,40	4 728 108,40	3 546 081,30	75,00%		76 106,25	76 106,25	
ALT20-06-4943-FEDER-000022	Centro Comunitário de Alandroal	Em Execução	09/08/2019	705 615,82	289 500,00	246 075,00	85,00%		9 665,88	9 665,88	
ALT20-08-2316-FEDER-000064	Centro Histórico e Interpretativo do Castelo de Alandroal	Em Execução	20/09/2019	361 752,29	361 752,29	307 489,45	85,00%		7 318,50	7 318,50	
ALT20-08-2316-FEDER-000019	Arranjos Exteriores da Rua Infante D. Henrique e Arranjos Exteriores da Zona Envolvente à Igreja de São Sebastião - Alandroal	Em Execução	11/11/2016	419 720,72	419 720,72	356 762,61	85,00%	288 552,94		288 552,94	
ALT20-08-2316-FEDER-000056	Fonte das Bicas e Zona Envolvente	Em Execução	14/09/2018	182 856,54	182 856,54	155 428,06	85,00%	24 558,80	116 419,26	140 978,06	
ALT20-02-5266-FSE-000056	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar Remetemos a seguinte informação	Em Execução	29/05/2019	463 179,91	463 179,91	393 702,92	85,00%		31 299,10	31 299,10	
ALT20-07-1406-FEDER-000026	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Rodoviária do Concelho de Alandroal - 1ª Fase	Em Execução	11/11/2019	990 649,02	621 145,39	527 973,58	85,00%		59 103,79	59 103,79	
POISE-02-3220-FSE-000338	PEPAL	Em Execução	20/09/2016	47 729,40	47 729,40	43 911,05	92,00%	6 586,66	6 586,66	6 586,66	
TOTAL				8 451 136,88	7 585 078,35	5 977 846,82		691 630,73	304 546,84	996 177,57	





6.3.4 Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria;
- Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2019;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de disponibilidades,

Comentários

- a) Esta classe de contas apresenta os seguintes valores:

		2016	2017	2018	2019
11	Caixa	4 461,40	257,03	3 723,45	1 387,89
12	Depósitos em inst.financeiras	408 323,98	270 348,10	1 509 612,05	1 760 666,75
	TOTAL	412 785,38	270 605,13	1 513 335,50	1 762 054,64

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades.

	2017	2018	2019
- Execução orçamental	158 342,06	1 392 229,12	1 667 315,60
- Operações de tesouraria	112 263,07	121 106,38	94 739,04
Saldo da gerência	270 605,13	1 513 335,50	1 762 054,64

- c) Da análise às reconciliações bancárias que nos foram fornecidas, importa melhorar o controlo, face aos valores por reconciliar.

6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 912.521,28 €, tal como discriminado:

CONTA	SALDO FINAL			Variação 2019/2018
	2017	2018	2019	
27 Acréscimos e diferimentos				
27.1 - Acréscimos de proveitos	376 121,82	906 980,38	912 393,92	
- Outros acréscimos de proveitos	376 121,82	906 980,38	912 393,92	5 413,54
27.2 - Custos diferidos	11 789,24	21 218,04	127,36	
- Outros custos diferidos	11 789,24	21 218,04	127,36	-21 090,68
TOTAL	387 911,06	928 198,42	912 521,28	-15 677,14



- b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento.

Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e essencialmente se discriminam da seguinte forma:

Acréscimos de proveitos (#27.1):

- Consumo de água por parte dos clientes no mês de dezembro de 2019, faturada e a receber em 2020, ou em anos posteriores;
- Impostos diretos referentes à receita recebida ou a receber em 2020 e que respeitam ao exercício de 2019.

Custos diferidos (#27.2):

- Outros custos diferidos.

6.3.6 Fundo patrimonial

- a) As oscilações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	Saldo inicial 01/01/2019	Aumentos de património	Aplicação dos resultados	Resultado do exercício	Outros movimentos	Saldo final 31/12/2019
51 - Património	29 881 478,64					29 881 478,64
57 - Reservas :	175 340,33					175 340,33
571 - Reservas legais	111 236,96					111 236,96
576 - Doações	48 200,40					48 200,40
577 - Reservas dec.transf ativos	15 902,97					15 902,97
59 - Resultados transitados	-20 636 522,48					
88 - Resultados líquido do exercício	110 598,05	1 056 250,56	110 598,05 -110 598,05	-434 406,20	-2 419 869,69	-21 889 543,56 -434 406,20
TOTAL	9 530 894,54	1 056 250,56	-	-434 406,20	-2 419 869,69	7 732 869,21

- b) No ponto 8.2.28 do anexo às demonstrações financeira, encontram-se descritas a origem dos movimentos ocorridos no Fundo patrimonial.

6.3.7 Passivo antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das circularizações e conciliações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2019 relativos à área de dívidas a pagar.

Comentários

- a) O valor do passivo sem acréscimos e diferimentos ascende a 16.155.363,95€, apresentando uma oscilação negativa de 750 mil euros face ao ano de 2018, tal como é apresentado no quadro seguinte:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

	CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
		2016	2017	2018	2019	
217	Cientes e Utentes c/Cauções			1 583,75	1 583,75	
22	Fornecedores	4 700 563,97	1 518 378,82	578 773,98	56 094,34	-465 750,33
221	- Fornecedores C/C	4 552 427,29	1 416 949,51	474 951,23	9 200,90	-56 929,31
228	- Fornecedores faturas em receção conf.	148 136,68	101 429,31	103 822,75	46 893,44	-149 424,44
23	Empréstimos Obtidos	13 298 124,25	15 904 612,83	15 936 969,31	15 787 544,87	-13 537,64
24	Estado e Outros Entes Públicos	37 457,29	39 422,21	93 569,66	80 032,02	
26	Outros Credores			139 022,47	72 616,38	
2611	- Fornecedores de Imobilizado			20 347,00		-20 347,00
2615	- Fornecedores de Imobilizado - Cauções			60 895,88	55 786,69	-5 109,19
263	- Sindicatos			1 627,63		-1 627,63
267	- Consultores, assessores e intermediários	817 348,44	285 720,79	45 772,50	15 257,50	-30 515,00
2681	- Credores diversos			7 596,60		-7 596,60
2685	- Cred.p/operações de tesouraria				0,96	0,96
2688	- Credores diversos			2 373,70	343,75	-2 029,95
2689	- Credores diversos - OUTROS			409,16	1 227,48	818,32
269	- Adiantamentos p/carta de vendas	336 732,63	293 438,70	155 292,69	157 492,59	2 199,90
29	Provisões					
	TOTAL	19 190 226,58	18 041 573,35	16 905 211,86	16 155 363,95	-749 847,91

- b) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Para o efeito foi efetuada circularização a terceiros, pedindo a confirmação de saldos.
- c) O pagamento das amortizações dos empréstimos tem vindo a ser cumprido, apresentando-se o valor dos mesmos conforme quadro seguinte:

CONTA	2018	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	2019	A PAGAR EM 2020	A PAGAR EM ANOS SEGUINTES	GARANTIAS
23 Empréstimos Obtidos							
CGD							
EMP N° 0012000993991	280 626,56		153 069,00	127 557,56	127 557,56		1 995 191,59
EMP N° 9015003388491	30 902,77		7 638,68	23 264,09	7 701,00	15 563,09	118 659,93
EMP N° 9140013635491	220 397,76		36 562,91	183 834,85	36 551,00	147 283,85	577 173,00
EMP N° 9015005108491	63 890,32		7 986,28	55 904,04	7 971,00	47 933,04	138 964,00
EMP N° 9015001890870019	216 988,00			216 988,00		216 988,00	633 976,00
EMP N° 9015004565391	8 537,25		4 267,28	4 269,97	4 269,97		51 549,00
EMP N° 9015004439891	57 708,36		39 242,34	18 466,02	18 466,02		
EMP N° 9015004000791	11 852,58		1 962,99	9 889,59	1 967,00	7 922,59	32 168,00
BPI							
EMP N° 1739612830007	384 954,60		48 119,32	336 835,28	51 876,00	284 959,28	802 849,00
FAM							
EMPRÉSTIMO	14 661 111,11	1 017 117,36	867 693,00	14 810 535,47	896 170,00	13 914 365,47	
TOTAL	15 936 969,31	1 017 117,36	1 166 541,80	15 787 544,87	1 152 529,55	14 635 015,32	4 350 530,52

O mapa de empréstimos está de acordo com os valores apurados contabilisticamente.

Procedeu-se à conciliação dos saldos com o mapa de responsabilidades do Banco de Portugal e de circularização à entidade FAM.



- d) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue.

CONTA	SALDO FINAL			
	2016	2017	2018	2019
24 Estado e Outros Entes Públicos				
242 - Retenção de impostos s/rendimento	18 111,00	19 616,24	29 436,44	37 228,66
2421 Trabalho dependente		16 402,00	17 370,00	18 457,00
2422 Trabalho independente		3 214,24	12 066,44	18 771,66
243 - IVA			1 503,72	
244 - Restantes impostos	161,00			
245 - Contribuições p/Seg.Social	19 023,00	19 606,22	62 419,73	42 663,42
249 - Outras Tributações	162,29	199,75	209,77	139,94
TOTAL	37 457,29	39 422,21	93 569,66	80 032,02

- e) Decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2018, o valor da subscrição, no FAM foi reduzida em 152.572,60 €, passando a participação para 274.635 €, com encargos futuros ainda por realizar, no ano de 2020, no valor de 15.257,50 €

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

- a) Subacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, assim discriminados:

CONTA	SALDO FINAL			Variação 2019/2018
	2017	2018	2019	
27 Acréscimos e diferimentos				
27.3 - Acréscimos de custos	484 993,03	461 827,21	494 067,62	41 164,44
- Remunerações a liquidar	427 660,51	447 191,68	488 356,12	-69,00
- Juros a liquidar	1 837,56	773,09	704,09	-8 855,03
- Outros acréscimos de custos	55 494,96	13 862,44	5 007,41	-410 320,49
27.4 - Proveitos diferidos	10 117 452,22	10 256 108,48	9 845 787,99	-378 080,08
- Subsídios para investimento	10 109 374,65	10 248 030,91	9 837 710,42	
- Outros proveitos diferidos	8 077,57	8 077,57	8 077,57	
TOTAL	10 602 445,25	10 717 935,69	10 339 855,61	

- b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes essencialmente a:

Acréscimos de custos (#27.3):

- Remunerações respeitantes ao ano de 2019, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2020, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas;
- Juros a liquidar; e
- Outros acréscimos de custos.



Proveitos diferidos (#27.4):

- Os subsídios ao investimento refletem o montante de 9.837.710,42 €, conforme abaixo discriminado.

É visível que a reposição dos subsídios ao investimento, proporcionalmente às amortizações praticadas, dos bens objeto de financiamento, não está a acompanhar as referidas amortizações. Perfaz no exercício o valor de apenas 82.842,86 €.

Este facto, assume particular diferença no exercício de 2018 e 2019, já que neste exercício foram ajustadas as amortizações face à transferência das obras em curso para imobilizado firme.

Decorrente do acima exposto, o património do Município não se encontra corretamente mensurado.

Este trabalho tem que ser desenvolvido e recuperados os seus efeitos de forma a que o reflexo em resultados, ao nível dos custos e dos proveitos assuma racionalidade quanto ao cumprimento do equilíbrio dos resultados e do correto apuramento do património Municipal.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CONTA							
	2016	2017	2018	AUMENTOS	REPOSIÇÃO	OUTROS	2019
27 Acréscimos e diferimentos							
CONTRATOS-PROGRAMA				45 000,00			45 000,00
PROTÓCOLO-POSTO TERRITORIAL DA G.N.R DE ALANDROAL	332 446,57	647 285,82	592 545,27				592 545,27
REQUALIFICAÇÃO DO CM 1109 ENTRE ALDEIA DO ROSÁRIO E FERREIRA DE CAPELINS	377 334,12	356 371,11	335 408,10		20 963,01		314 445,09
REQUALIFICAÇÃO DO CM 1109 TROCO ÁGUAS FRIAS (ALBUFERA DO ALQUEVA) FERREIRA DE CAPELINS	414 003,48	414 003,48	414 003,48				414 003,48
CENTRO DE SAÚDE DE ALANDROAL	322 580,55	322 580,55	322 580,55				322 580,55
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	650 265,00	641 820,00	633 375,00		8 445,00		624 930,00
DIRECÇÃO GERAL DE VIAGEM	17 198,71	17 198,71	17 198,71				17 198,71
REALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA ESCOLA PRIMÁRIA DE ALANDROAL	75 472,85	75 472,85	75 472,85				75 472,85
RECUPERAÇÃO DA REDE ESCOLAR CONCELHO ALANDROAL-ESCOLA MONTEJUNTOS	30 201,34	30 201,34	30 201,34				30 201,34
CENTRO ESCOLAR DE TERENA REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO	58 468,22	81 726,88	231 768,25				231 768,25
OUTROS	11 090,35	11 090,35	11 090,35				11 090,35
REQUALIFICAÇÃO DO INTERIOR E ILUMINAÇÃO DO CASTELO DE ALANDROAL	260 711,36	246 227,40	231 743,44		14 483,96		217 259,48
CENTRO EDUCATIVO DE PIAS	737 583,23	719 528,66	710 184,13		9 344,53		700 839,60
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	55 285,10	55 285,10	55 285,10				55 285,10
PE-AQUA	133 924,30	133 924,30	133 924,30				133 924,30
ARRANJO URBANÍSTICO DO LG DO ARREQUIZ	332 726,09	332 726,09	332 726,09				332 726,09
ARRUAMENTOS DOS ORVALHOS	210 126,68	210 126,68	210 126,68				210 126,68
FORUM CULTURAL	845 400,20	750 292,70	739 725,20		10 567,50		729 157,70
POSTO DE TURISMO DE TERENA	16 681,95	16 681,95	16 681,95				16 681,95
ZONA OFICIAL SANTIAGO MAIOR	83 038,11	83 038,11	83 038,11				83 038,11
LADEIRA DO ADRO-TERENA	108 418,02	108 418,02	108 418,02				108 418,02
JARDIM INFÂNCIA PIAS	133 379,94	133 379,94	133 379,94				133 379,94
COMPLEXO DESPORTIVO DE ALANDROAL	667 155,00	667 155,00	667 155,00			-667 155,00	
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV. CASTELO-FRAÇÃ	223 020,74	223 020,74	223 020,74				223 020,74
REPAVIMENTAÇÃO DO TROÇO EM 541 HORTINHAS	9 399,83	9 399,83	9 399,83				9 399,83
BENEFICIAÇÃO DO CM 1110/EN373 E A MINA BUGALHO	27 507,10	27 507,10	27 507,10				27 507,10
PISCINAS MUNICIPAIS DO ALANDROAL	486 039,87	486 039,87	486 039,87				486 039,87
E.M 511 ENTRA A EN 255 E A EM 546 MONTEJUNTOS	135 041,65	135 041,65	135 041,65				135 041,65
LOTEAMENTO DO PARQUE INDUSTRIAL-2ª FASE	284 969,07	284 969,07	284 969,07				284 969,07
BENEFICIAÇÃO DO CM 1186 ENTRE O CM 1109	250 714,37	250 714,37	250 714,37				250 714,37
PAVILHÃO GIMNÓDÉSPORTIVO INTEGRADO NO COMPLEXO DO	639 792,57	621 025,67	611 888,89		8 955,63		602 933,26
REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENV. CASTELO-II FASE-PRÁÇA	297 662,56	297 662,56	297 662,56				297 662,56
AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE ALANDROAL	9 880,00	9 880,00	9 880,00				9 880,00
CRECHE DE PIAS	388 390,65	367 030,19	357 887,40		8 083,23		349 804,17
REALIZAÇÃO DOS ACESSOS AO PLANO DE ÁGUA DA ALBUFERA DE ALQUEVA-JURO	124 350,24	124 350,24	124 350,24				124 350,24
REQUALIFICAÇÃO DO INTERIOR E ILUMINAÇÃO DO CASTELO DE ALANDROAL	331 556,29	331 556,29	103 955,65				103 955,65
COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRÍCA PORTUGAL-ESPAÑA	24 255,00	24 255,00	24 255,00				24 255,00
REDE CULTURAL TERRAS DE SOL	57 076,14	57 076,14	57 076,14				57 076,14
REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PIAS, VENDA E CASAS NOVAS	228 727,64	228 727,64	228 727,64				228 727,64
ARRANJOS EXTERIORES DA RUA INFANTE D. HENRIQUE E ARRANJOS EXTERIORES DA ZONA ENVOLVENTE A IGREJA DE S. O SEB	41 391,35	41 391,35	275 097,34				275 097,34
OTIMIZAÇÃO E REFORÇO DA REDE DE RECOLHA SELETIVA			29 737,03	19 430,62			49 167,65
FONTE DAS BICAS E ZONA ENVOLVENTE			24 558,79	116 419,27			140 978,06
CENTRO COMUNITÁRIO ALANDROAL				9 665,88			9 665,88
FORTALEZA JUROMENHA				76 105,25			76 105,25
CENTRO HISTÓRICO INTERPRETATIVO CASTELO ALANDROAL				7 318,50			7 318,50
MELHORIA MOBILIÁRIA URBANA SEG. RODOVIÁRIA CONCE. ALANDROAL - 2ª FASE				59 103,79			59 103,79
ELECTRIFICAÇÃO RURAL NA ZONA DO PERÍMETRO DE REGA DO LUCEFECIT	460 065,66	460 065,66	460 065,66				460 065,66
CONCLUSÃO SISTEMA SANEARMENTO EM BAIXA HORTINHAS		75 126,24	91 075,92	3 180,07			94 255,99
CONSTRUÇÃO ESTAÇÃO ELEVATÓRIA E EMISSÁRIO Z. VELHA			49 088,16	1 453,99			50 542,15
TOTAL	9 893 331,90	10 109 374,65	10 248 030,91	337 677,37	80 842,86	-867 155,00	9 837 710,42

6.3.9 Provisões e Contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2019;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2018 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

- a) As provisões (#29) (#39) e (#49) sofreram a seguinte oscilação:

CONTA		2018	AUMENTOS	2019
29	Provisões			
29.1	Para cobranças duvidosas	232 462,77	52 400,73	284 863,50
	Para outros devedores	42 279,62		42 279,62
	TOTAL	274 742,39	52 400,73	327 143,12
39	Provisões p/ dep.existências			
39.6	Mat.Primas Sub.Consumo	65 105,32	2 682,44	67 787,76
	TOTAL	65 105,32	2 682,44	67 787,76
49	Provisões p/ invest.finan.			
	Partes de capital	22 050,00		22 050,00
	TOTAL	22 050,00		22 050,00
CONTA		2018	AUMENTOS	2019
29	Provisões			
29.2	Para riscos e encargos			
	- Processos judiciais em curso	155 292,69	2 199,90	157 492,59
	TOTAL	155 292,69	2 199,90	157 492,59
	TOTAL	517 190,40	57 283,07	574 473,47

- b) Para análise da provisão para cobrança duvidosa de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores, foi tido em conta as dívidas de terceiros em mora cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.
- c) As provisões para existências foram reforçadas face ao risco de inoperacionalidade dos bens em inventário.
- d) Para os investimentos financeiros foi mantida a provisão para a participada em insolvência.
- e) Foi solicitada informação aos Advogados Externos e Apoio Jurídico Interno, sobre a existência de eventuais processos judiciais em curso, o que permitiu confirmar os valores acima expressos.



6.3.10 Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (#61) reflete valores relativos às seguintes rubricas:

	2017	2018	2019
Água			220 595,80
Gasóleo		6 213,60	18 265,50
Gasolina			119,16
Óleos e lubrificantes	4 189,72	2 040,99	3 375,73
Gás	375,67	3 002,10	20 951,90
Ferramentas e Utensílios	4 698,14	2 870,43	3 267,88
Artigos Higiene e Limpeza	5 621,15	6 788,04	8 459,58
Materiais de Construção	126 174,26	26 098,71	26 358,99
Material de Escritório	7 401,53	9 604,39	10 040,61
Outros	171 058,62	146 632,76	170 428,67
TOTAL	319 519,09	203 251,02	481 863,82

	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		155 945,43
Compras	252 923,32	262 936,10
Autoconsumos	-31 754,75	
Regularização de existências	-572,77	75,15
Existências finais		157 688,66
CMVMC	220 595,80	261 268,02

O apuramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, encontra-se reportado na nota 8.2.29 do Anexo às demonstrações financeiras. Tal como já referimos o custo do fornecimento de água, passou a ser refletido nesta conta, com evidência dos autoconsumos desta componente.



Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos (#62) variaram negativamente em cerca de 111 mil euros. Uma das variações mais significativas, tem a ver com o reconhecimento da aquisição da água em alta na conta 61- Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas. Caso esta alteração não tivesse ocorrido a variação desta conta seria positiva, na ordem dos 109 mil euros, ou seja mais 4,71%, face a 2018.

CONTA	SALDO FINAL				Variação	%
	2016	2017	2018	2019		
62 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS						
Subcontratos	4 195,00	173 614,57	128 919,83	320 522,37	191 602,54	14,52%
Electricidade	6 175,00	341 239,31	279 075,20	268 044,41	-11 030,79	12,14%
Combustíveis	130 403,00	137 584,83	114 247,36	91 742,62	-22 504,74	4,16%
Água				31 754,75	31 754,75	1,44%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		0,01				
Livros e documentação técnica			794,32	794,32	0,04%	
Material de escritório		31,34	108,06	251,97	143,91	0,01%
Artigos para oferta				330,33	330,33	0,01%
Rendas e alugueres	40 004,00	76 766,07	65 831,02	127 693,98	61 862,96	5,79%
Impressos		494,00	270,00	654,25	384,25	0,03%
Comunicação	34 209,00	20 623,03	20 126,29	15 204,96	-4 921,33	0,69%
Seguros	56 927,00	35 700,24	47 405,89	51 159,08	3 753,19	2,32%
Deslocações e estadas		1 112,40	3 398,70	4 173,40	774,70	0,19%
Honorários	141 831,00	120 215,52	158 032,54	100 591,46	-57 441,08	4,56%
Contencioso e notariado		146,54	3 476,93	1 384,44	-2 092,49	0,06%
Conservação e reparação	51 296,00	56 950,84	34 231,77	35 080,73	848,96	1,59%
Publicidade e propaganda		6 034,37	28 266,25	50 566,20	22 299,95	2,29%
Vigilância e segurança		114,00	312,18	7 139,32	6 827,14	0,32%
Trabalhos especializados	1 135 276,00	731 957,08	793 723,81	376 383,68	-417 340,13	17,05%
Alimentação		3 328,51	13 427,11	10 695,60	-2 731,51	0,48%
Material de educação cultura e recreio		25 709,66	27 254,86	1 036,55	-26 218,31	0,05%
Alimentação Roupas e Calçado		1 973,85	1,98	5 414,03	5 412,05	0,25%
Publicações		607,35	4 984,82	4 274,07	-710,75	0,19%
Formação		1 417,16	3 665,00	7 319,80	3 654,80	0,33%
Encargos de cobrança		49 869,22	53 322,55	53 859,71	537,16	2,44%
Outros fornecimentos e serviços	371 577,09	517 042,35	538 448,32	640 975,42	102 527,10	29,04%
TOTAL	1 971 893,09	2 302 532,25	2 318 530,47	2 207 047,45	-111 483,02	100,00%

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

Esta conta apresenta a desagregação evidenciada no quadro abaixo:

CONTA	SALDO FINAL				Variação
	2016	2017	2018	2019	
63 TRANSF.SUBS.CORR.CONCED.PREST.SOCIAIS					
631 Transf. correntes concedidas	513 524,14	611 259,37	571 789,47	574 293,81	2 504,34
632 Subsídios correntes concedidos		80,00			
TOTAL	513 524,14	611 339,37	571 789,47	574 293,81	2 504,34

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas respetivos apresentados na conta de gerência.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte oscilação:

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
64 CUSTOS COM O PESSOAL					
641 Remembros Órgãos Autárquicos	49 409,00	85 482,97	99 076,00	106 048,58	6 972,58
642 Custos com o pessoal					
- Remuneração base		1 836 686,92	1 930 401,54	2 192 612,85	262 211,31
- Suplementos remunerações	2 408 374,00	675 827,40	697 512,39	785 485,01	87 972,62
- Prestações sociais directas		7 042,62	8 218,50	6 856,82	-1 361,68
643 Pensões	496,00	9 218,39	5 250,37	6 585,03	1 334,66
645 Encargos sobre remunerações	559 270,00	576 255,50	651 857,31	764 237,76	112 380,45
646 Seguros acidentes trabalho doenç.prof.		5 469,29	30 066,12	30 366,41	300,29
648 Outros custos com o pessoal	67 208,36	63 837,61	71 387,52	78 756,92	7 369,40
TOTAL	3 084 757,36	3 259 820,70	3 493 769,75	3 970 949,38	477 179,63

O aumento da conta reflete as integrações e reclassificações de pessoal, ocorridas. Efetivamente o Município detinha, 189 trabalhadores em 2018, passando a contar com 208 trabalhadores no final de 2019.

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

	2017	2018	2019	Variação
				2019/2018
Suplementos remunerações				
Trabalho extraordinário	79 643,02	85 704,79	98 130,16	12 425,37
Trabalho em reg.turnos	11 510,92	11 462,80	12 013,79	550,99
Abonos para faltas	13 070,02	13 576,01	16 329,67	2 753,66
Subsídio Refeição	190 976,66	192 815,81	211 552,61	18 736,80
Ajudas de custo	20 944,61	19 800,46	21 043,27	1 242,81
Vestuário e artigos pessoais			15,99	15,99
Outros suplementos	338 653,70	352 537,53	404 357,92	51 820,39
Despesas de representação	21 028,47	21 614,99	22 041,60	426,61
TOTAL	675 827,40	697 512,39	785 485,01	87 972,62

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias e respetivos encargos (SS e CGA).

Conta 65 – OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
65 OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS					
651 Impostos e Taxas	19 479,00	10 532,32	30 090,88	10 464,79	-19 626,09
652 Quotizações	10,00	7 858,16			
658 Outros custos e perdas operacionais	3 030,64		8 874,62		-8 874,62
TOTAL	22 519,64	18 390,48	38 965,50	10 464,79	-28 500,71



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 67 – PROVISÕES DO EXERCÍCIO

As provisões encontram-se discriminadas no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

CONTA	2016	2017	2018	2019	Variação
					2019/2018
67 PROVISÕES DO EXERCÍCIO					
671 Para cobranças duvidosas		118 254,00		52 400,73	52 400,73
672 Para riscos e encargos	87 884,68			2 199,90	2 199,90
673 Para depreciação de existências			65 105,32	2 682,44	-62 422,88
TOTAL	87 884,68	118 254,00	65 105,32	57 283,07	-7 822,25

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA	SALDO FINAL				Variação
	2016	2017	2018	2019	2019/ 2018
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIROS					
681 Juros Suportados	372 196,00	290 778,86	285 637,13	265 917,22	-19 719,91
684 Provisões para aplicações financeiras			22 050,00		-22 050,00
688 Outros custos e perdas financeiros	1 262,82	2 152,54			
TOTAL	373 458,82	292 931,40	307 687,13	265 917,22	-41 769,91

	2017	2018	2019
Juros de empréstimos	225 483,57	256 870,66	264 169,91
Outros juros	65 295,29	28 766,47	1 747,31
TOTAL	290 778,86	285 637,13	265 917,22

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

Os custos e perdas extraordinários (#69), sofreram a seguinte variação:

CONTA	SALDO FINAL				Variação
	2016	2017	2018	2019	2019/2018
69 CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS					
691 Transferências de capital concedidas		14 928,90	2 041,16	20 290,93	18 249,77
Subsídios concedidos	28 343,00	11 700,00	7 820,59	5 992,00	-1 828,59
693 Perdas em existências	16,00	123,40	2 343,56	4 342,61	1 999,05
694 Perdas em imobilizações	1 407,00	25 384,82	578,94		-578,94
696 Aumentos de amortizações e de provisões			105 804,43		-105 804,43
697 Correcções de exercícios anteriores	31 708,00	13 636,65	156 622,69	29 786,90	-126 835,79
698 Outros custos perdas extraordinárias	1 450,14		1 887,12	1 789,06	-98,06
TOTAL	62 924,14	65 773,77	277 098,49	62 201,50	-214 896,99

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas respetivos apresentados na conta de gerência.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

(Signature)

6.3.11 Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As vendas e prestações de serviços variaram de forma positiva, face ao exercício de 2018.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
71 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS					
711 Vendas					
Água	502 010,00	511 845,30	303 093,39	263 643,85	-39 449,54
Produtos acabados e intermédios	18 579,00				
712 Prestações de serviços					
Saneamento	228 116,00	225 926,99	222 347,73	242 064,05	19 716,32
Resíduos Sólidos	162 033,00	156 814,90	180 568,43	220 085,68	39 517,25
Cemitérios	2 171,00	2 733,99	1 768,41	3 896,85	2 128,44
Mercados e Feiras	14 472,00	9 052,88	8 766,56	9 753,55	986,99
Inst.Desp.Cult.Recreativas	21 432,00	17 089,53	22 087,25	28 018,17	5 930,92
Outros	85 477,00	51 912,76	242 098,53	273 611,46	31 512,93
718 Outros	109,38				
TOTAL	1 034 399,38	975 376,35	980 730,30	1 041 073,61	60 343,31

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da AT, estando os mesmos conciliados. Para os valores de 2019, apenas recebidos ou a receber em 2020, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
72 IMPOSTOS E TAXAS					
721 IMPOSTOS DIRETOS					
- IMI	525 932,00	511 300,10	707 773,13	603 500,73	-104 272,40
- IUC	89 565,00	91 433,26	97 270,02	103 589,49	6 319,47
- IMT	169 180,00	560 893,58	245 062,83	418 623,94	173 561,11
- Derrama	35 577,00	26 639,94	42 192,42	31 869,75	-10 322,67
722 IMPOSTOS INDIRETOS	770,00	1 621,53	4 956,01	8 067,86	3 111,85
724 TAXAS					
- Loteamentos de obras		34 118,32	23 361,25	37 075,66	
- Ocupação Via Pública		5 641,55	23 361,25	6 388,91	-16 972,34
- Outras		121,93		229,09	229,09
725 REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES					
		28 354,84		30 457,66	30 457,66
		-7 096,32	-2 192,17	-7 875,56	-5 683,39
726 ANULAÇÕES					
		-1 083,22	-664,53	-1 635,15	-970,62
728 OUTROS	9 617,00	10 220,68	-42,52	-73,10	-30,58
TOTAL	838 194,60	1 228 047,87	1 117 716,44	1 193 143,62	75 427,18

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

Assistiu-se a uma variação no montante de 363.476,21€, quanto às transferências e subsídios obtidos.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
74.2 TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS					
ORÇAMENTO DO ESTADO	6 185 476,00	6 298 482,59	6 428 158,22	6 850 906,52	
Transferências Correntes	5 642 942,00	5 691 824,27	5 794 160,51	5 822 265,68	
- Fundo Equilíbrio Financeiro	4 882 806,00	5 043 368,00	5 114 238,00	5 042 571,00	-71 667,00
- Fundo Social Municipal	101 565,00	101 565,00	101 565,00	101 565,00	
- Participação Fixa no IRS	107 571,00	91 298,00	99 502,00	105 588,00	6 086,00
- Outras	551 000,00	455 593,27	478 855,51	572 541,68	93 686,17
Transferências de Capital	542 534,00	606 658,32	633 997,71	1 028 640,84	
- Fundo Equilíbrio Financeiro	542 534,00	560 374,00	568 249,00	560 286,00	-7 963,00
- Outras Transf. de Capital		46 284,32	65 290,78	53 437,84	-11 852,94
- Nº3 Artº 35º Lei nº 73/2013				414 917,00	414 917,00
- Instituições particulares			457,93		-457,93
EXTERIOR	159 023,50	1 827,43	95 446,77	36 174,68	-59 272,09
TOTAL	6 344 499,50	6 300 310,02	6 523 604,99	6 887 081,20	363 476,21

O valor das transferências correntes e de capital, encontram-se nos mapas respetivos apresentados na conta de gerência.

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

Regista valores decorrentes, essencialmente, das rendas do contrato de concessão com a EDP.

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
78 PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS					
781 Juros Obtidos	34,00	46,80	2,76	2,76	
783 Rendimentos de imóveis	324 956,00	318 868,29	313 030,19	325 647,03	12 616,84
78.4 Rendimentos de participações de capital		345,66		3 728,58	3 728,58
78.8 Outros	814,42	893,18	568,33	663,92	95,59
TOTAL	325 804,42	320 153,93	313 601,28	330 042,29	16 441,01

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA	SALDO FINAL				Variação 2019/2018
	2016	2017	2018	2019	
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS					
793 Ganhos em existências	54,00	182,22		75,15	75,15
794 Ganhos em imobilizações	3 550,00	3 889,05	8 317,87	5 580,18	-2 737,69
795 Benefícios e penalidades contratuais	408,00	31 032,20	13 549,01	619,44	-12 929,57
796 Reduções de amortizações e provisões	49 546,00	229 997,87	256 400,01		-256 400,01
797 Ganhos exercícios anteriores	31 248,00	8 466,04	34 860,36	23 158,60	-11 701,76
798 Outros	157 188,84	212 390,94	116 589,12	80 842,86	-35 746,26
799 Outros		7 652,83		25 217,31	25 217,31
TOTAL	241 994,84	493 611,15	429 716,37	135 493,54	-294 222,83



7. SITUAÇÃO ECONÓMICO - FINANCEIRA

7.1) Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no período de 2016 a 2019, é a seguinte:

Componente Económica

	2016	2017	2018	2019
Custos e Perdas	7 667 331,60	8 464 900,94	9 285 239,78	10 047 225,64
Proveitos e Ganhos	8 828 101,40	9 349 822,91	9 395 837,83	9 612 819,44
Resultado Líquido do Exercício	1 160 769,80	884 921,97	110 598,05	-434 406,20

Componente Financeira

	2016	2017	2018	2019
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	41 711 522,42	41 541 672,46	34 187 139,99	31 065 342,99
Ativo Circulante (inclui acréscimos e diferimentos)	1 933 371,11	1 785 581,23	2 966 902,10	3 162 745,78
Ativo Circulante Líquido *	1 705 758,05	1 397 670,17	2 038 703,68	2 250 224,50
Ativo Líquido Total	43 644 893,53	43 327 253,69	37 154 042,09	34 228 088,77
Fundos Próprios	14 096 884,17	14 683 241,53	9 530 894,54	7 732 869,21
Passivo M/L Prazos	14 613 239,74	15 855 123,32	14 758 272,03	14 635 015,32
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim.)	4 576 986,84	2 186 450,03	2 146 939,83	1 520 348,63
Passivo C/ Prazo (excepto Acresc./Diferim. E Provisões)	4 240 254,21	1 893 011,33	1 991 647,14	1 362 856,04
Total Passivo	29 548 009,36	28 644 018,60	27 623 147,55	26 495 219,56
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	48%	51%	35%	29%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	32%	34%	26%	23%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	37%	64%	95%	148%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	34%	35%	28%	25%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos e Outros /Total Passivo)	4%	51%	497%	463%

* Ativo Circulante Líquido= Disp. +Div. Rec. C.P. +Existências

7.2) Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excepcional de dívida, para além da reconhecida que veio a ser admitida.

Do quadro apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 8,2 milhões e os 12,2 milhões de euros. A dívida do Município a 31/12/2019 ascende a 15,9 mil euros, pelo que a mesma apresenta excesso de endividamento, na ordem dos 3,7 milhões de euros, verificando-se uma variação no excesso da dívida de menos 18,15%.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Receita corrente líquida cobrada	7 608 387	7 748 389	7 850 766	8 176 886	8 444 854	8 776 948
Média nos 3 exercícios		7 735 847				
Média nos 3 exercícios			7 925 347			
Média nos 3 exercícios				8 157 502		
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores	11 603 771	Límite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2017				
	11 888 020	Límite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2018				
	12 236 253	Límite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2019				
PASSIVO		28 644 019	27 623 148	26 495 220		
(-) PROVISÕES		293 439	155 293	157 493		
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		10 602 445	10 717 936	10 339 856		
(-) FAM		244 118	45 773	15 258		
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA		112 263	121 106	94 739		
TOTAL DIVIDA ORÇAMENTAL (1)	17 391 754	16 583 040	15 887 875			
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)	167 684	154 488	32 849			
DIVIDA GLOBAL (1) + (2)	17 559 338	16 737 528	15 920 724			
EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO	6 858 166	5 671 318	4 501 276	3 684 471		3 683 534
Redução do excesso de endividamento entre 31/12/2016 e 31/12/2019	1 186 848	1 170 042	816 804			
	3 173 695					

DGAL

VARIAÇÃO DIVIDA %	-4,88%	-5,07%
-------------------	--------	--------

VARIAÇÃO EXCESSO DIVIDA %	-18,15%	-18,86%
---------------------------	---------	---------

a) Existe diferença para a ficha do Município emitida pela DGAL, sem materialidade para a conclusão

7.3) Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

Na consulta ao Portal Autárquico, verifica-se a não existência de pagamentos em atraso, o que contrasta com os anos de 2016 e 2017, já que em 2018 o valor de pagamentos em atraso é imaterial.

	31/12/2018		31/12/2017		31/12/2016
DIAS	PAGAMENTOS EM ATRASO	DIAS	PAGAMENTOS EM ATRASO	DIAS	PAGAMENTOS EM ATRASO
> 90 <= 120		> 90 <= 120		> 90 <= 120	120 381,49
> 120 <= 240		> 120 <= 240	53 156,62	> 120 <= 240	141 784,32
> 240 <= 360	463,97	> 240 <= 360	2 992,30	> 240 <= 360	82 887,89
> 360	<u>5 513,00</u>	> 360	<u>13 387,12</u>	> 360	<u>157 092,00</u>
	<u>5 976,97</u>		<u>69 536,04</u>		<u>502 145,70</u>

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758
Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503 | Andreia Isabel Cardinhal Santinho ROC n.º 1665

Em consequência, à data de 31 de dezembro de 2019, de acordo com o estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros 34/2008, de 22 de fevereiro, o Prazo Médio de Pagamento (PMP) do Município, calculado de acordo com o indicado e definido nos termos do n.º 4, do Despacho 9870/2009, de 13 de abril de 2009, passou para 31 dias, contra os 16 dias apurado para o ano de 2018, conforme se encontra divulgado no SIAL (Ficha do Município do 4º trimestre de 2019). Consideramos o período adequado para a execução dos procedimentos de controlo interno que as operações exigem.

No que se refere a recebimentos em atraso declarados pelo Município, o valor reportado ascende a 204.962,12 €.

Da recolha do Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira os recebimentos em atraso, perfazem um total de 168.222,35 €, mantendo um valor próximo ao divulgado em 2018. A divulgação destes ativos assume a classificação de ativos contingentes, pelo que, não se encontram refletidos nas contas nem nas dívidas a receber antes referidas.

Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *		Ano	Imposto	Número da Nota de Cobrança (DUC)	Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda) *	
2018	IMI	Valores Agregados **	75 170,92		2019	IMI	Valores Agregados **	72 683,29	
2018	IMT	2012-007874603	48 307,41		2019	IMT	2012-007874603	48 307,41	
2018	IMT	Valores Agregados **	17 220,75		2019	IMT	Valores Agregados **	17 197,41	
2018	IUC	Valores Agregados **	27 603,47		2019	IUC	Valores Agregados **	30 034,24	
TOTAL			168 302,55		TOTAL			168 222,35	

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

Dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), iniciada em 1 de janeiro de 2020, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido.

9. PROPOSTAS E OUTROS FACTOS

Devem ser reforçadas e implementadas, ações e procedimentos que permitam:

1. Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
2. Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos, ao que acresce o Plano de Ajustamento Municipal.
3. Os projetos e ações a desenvolver no futuro devem ser devidamente ponderados, dada a situação de excedente de dívida em que o Município se encontra.
4. Continuidade na adoção de procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, a refletir no mapa do controlo orçamental da despesa os encargos futuros.
5. Implementação da contabilidade de custos, projeto que apela ao envolvimento de todos os Serviços Municipais.
6. Continuidade: - dos trabalhos ao nível do imobilizado, com tradução nos registos contabilísticos; - no registo de património e acompanhamento das obras em curso, no sentido do seu adequado encerramento. Estes procedimentos, não podem ser dissociados da análise e reposição dos subsídios ao investimento.

7. Revisão de procedimentos, nomeadamente quanto ao adequado registo das operações nas rubricas a que dizem respeito, no cumprimento dos normativos contabilísticos aplicáveis a cada operação, essencialmente no cumprimento do conceito de ativo, reconhecimento inicial e subsequente e princípio da especialização dos exercícios.
8. Continuidade dos trabalhos tendentes à completa implementação do SNC-AP.
9. Decorrente do Regulamento UE 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, importa dar relevância à introdução e aplicação dos processos impostos pelo referido regulamento, nomeadamente:

<p>Estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos.</p> <p>Analisar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeita todas as novas exigências, ou se será necessário obter novo consentimento.</p>	<p>Rever impressos, formulários, políticas de privacidade. Verificar se a linguagem utilizada é clara, acessível e se são fornecidos aos titulares dos dados, toda a informação a que o RGPD obriga</p> <p>Rever os contratos de subcontratação de serviços realizados no âmbito de tratamento de dados pessoais, para verificar se cumprem com os requisitos exigidos pelo RGPD.</p>	<p>Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direito à Portabilidade de dados.</p> <p>Garantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos. Realizar uma auditoria/Assessment para verificar o que se tem de fazer para cumprir com o RGPD (Accountability).</p>	<p>Preparar a designação e funções do Encarregado de Proteção de Dados. Deve documentar de forma detalhada todas as atividades relacionadas com tratamento de dados pessoais.</p> <p>Verificar onde estão alojados os dados e se há transferência de dados para fora da União Europeia (e nesse caso se é legítima).</p>
--	---	--	--

10. De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a "Estrela da fraude", assente nas pontas da referida estrela designadas por: - "Pressões situacionais"; - "Oportunidades de concretização"; - "Capacidade do fraudador"; - "Ganância/Ambição do fraudador"; e - "Racionalização do fraudador". O Relatório Anual de Avaliação de Gestão do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2018, ainda não se encontra elaborado na data deste relatório, propondo-se a sua elaboração, no sentido de monitorização dos riscos identificados.
11. Nesta sequência importa dar a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP's) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.
12. Quanto ao Balanço Social do ano de 2019, o mesmo encontra-se elaborado e relata as situações ocorridas no exercício.
13. O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020, atualmente em Estado de Calamidade. Uma vez que este surto tem impacto social e económico significativo, gera um elevado grau de incerteza para as entidades públicas e privadas. O Município não é alheio a esse impacto, tendo ponderado as respostas aos riscos identificados e as ações a desenvolver ou a suspender.

Conforme é divulgado no Relatório de Gestão, o Órgão Executivo, não perspetiva que, os efeitos deste acontecimento, venham a afetar a continuidade da atividade nem a redução do valor dos ativos, o mesmo não acontecendo com a atividade normal do ano corrente e anos futuros, se bem que impossível de quantificar à data.

Pelo facto exposto, propõe-se a revisão ao Plano de Ajustamento Municipal, no sentido de ajustamento às estimativas inscritas, uma vez que por certo irão sem reduzidas receitas esperadas e, em sentido contrário, as despesas poderão sofrer um crescimento a ponderar.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos melhorias decorrentes da introdução de procedimentos, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque a equipa da divisão administrativa e financeira, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.

10. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Ao finalizar este relatório, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Alandroal, 17 de junho de 2020

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

ROC nº 658 – CMVM nº 20160302

